



L I S B O A .



ANO XIX — NÚMERO 78
3.º TRIMESTRE DE 1958

PUBLICAÇÃO
CULTURAL DA
CÂMARA
MUNICIPAL
DE LISBOA

REVISTA MUNICIPAL

PREÇARIO DA REVISTA

Preço avulso	12\$50
Números duplos	20\$00
Assinatura (por cada série de 4 números)	40\$00

•

DEPOSITARIO GERAL

Grupo «Amigos de Lisboa» — Largo Trindade Coelho, n.º 9, 1.º
Telef. 2 5711

•

CORRESPONDÊNCIA

Secção de Propaganda e Turismo da Câmara Municipal de Lisboa
Rua Primeiro de Dezembro, n.º 120, 2.º — Telef. 3 2256/7



REVISTA MUNICIPAL

D I R E C Ç Ã O
DR. JAIME LOPES DIAS



ASSISTENCIA GRÁFICA
JOSÉ ESPINHO



D E S E N H O S D E
CARLOS RAFAEL
JOSÉ ESPINHO
LEONILDO DIAS
N U N O C O S T A



CAPA: COMPOSIÇÃO DE LEONILDO DIAS
SOBRE UMA GRAVURA
DE GEORGIUS BRAUNIVS

COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS GRÁFICAS
DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



SUMÁRIO

DO N.º 78 ★ 3.º TRIMESTRE ★ 1958

OS PRESIDENTES E A VERAÇÃO
DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
CUMPRIMENTAM O NOVO CHEFE DO ESTADO

NO CENTENÁRIO DO DR. JOSE LEITE DE VASCONCELOS

O PLANO DO MUSEU ETNOLÓGICO
DO DR. LEITE DE VASCONCELOS
IRISALVA DE NÓBREGA MOITA

AGUARELAS DE LISBOA—FERIADO NA PRAIA
OLIVEIRA QUARTAL

ACONTECIMENTOS CIDADINOS

O ACTO DE POSSE DA COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO
DO ABASTECIMENTO DE LEITE A CAPITAL

LUI S A N T Ó N I O R O S A

A V O Z D A C I D A D E

S E C Ç Ã O J U R I D I C A

B I B L I O G R A F I A

(HORS-TEXTE) —LARGO DO CHAFARIZ DE DENTRO



ESTATUA EQUESTRE DE D. JOÃO

FOTO DE SALVADOR FERNANDES



OS ARTIGOS PUBLICADOS
NA «REVISTA MUNICIPAL»
SÃO DA RESPONSABILIDADE
DOS SEUS AUTORES





ALMIRANTE AMÉRICO TOMÁS, NOVO PRESIDENTE DA REPÚBLICA



Os Presidentes e a Vereação da Câmara Municipal de Lisboa cumprimentam o novo Chefe do Estado

NOS TERMOS DA CONSTITUIÇÃO POLITICA DA REPUBLICA PORTUGUESA, ACABA DE SER ELEITO PRESIDENTE DA REPUBLICA, O SR. ALMIRANTE AMERICO TOMAS, QUE, EM LONGOS ANOS DE ACÇÃO IMPO-LUTA NO MINISTERIO DA MARINHA, DEU AS MAIS EXUBERANTES PROVAS DE TOLERANCIA, HONRADEZ E DEDICAÇÃO PATRIÓTICA.

DIGNO SUCESSOR DOS MARECHAIS OSCAR DE FRAGOSO CARMONA E FRAN-CISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES, E ORNADO DAS MAIS NOBRES QUALIDADES CIVICAS E MORAIS, O NOVO CHEFE DO ESTADO, MERECE BEM A CONFIANÇA QUE A NAÇÃO NELE DEPOSITOU.

A «REVISTA MUNICIPAL», INTERPRETANDO O SENTIR DA CAMARA MUNI-CIPAL DE LISBOA, CUMPRIMENTA O NOVO PRIMEIRO MAGISTRADO DA NAÇÃO CERTA DE QUE A NOSSA CAPITAL VAI PROSSEGUIR, SOB O SEU MANDATO, E COM O SEU APLAUSO, A RENOVAÇÃO ESPIRITUAL E ENGRANDECIMENTO MATERIAL EM QUE TODOS ANDAMOS EMPENHADOS.



NO CENTENÁRIO DO

Dr. José Leite de Vasconcelos

O sábio Dr. José Leite de Vasconcelos teria completado, se fosse vivo, cem anos no dia 7 de Julho último.

Por este motivo muitas associações científicas, organismos oficiais, jornais e revistas o recordaram e à sua obra valiosa, tendo a Junta de Província do Douro Litoral levado a efeito um *colóquio* que se realizou na cidade do Porto, de 18 a 23 de Junho. Compareceu elevado número de arqueólogos, etnógrafos e folcloristas de vários

países, devendo dentre os principais, destacar-se o grande Professor espanhol D. Ramon Menendez Pidal, que também foi homenageado, pelo Município da cidade invicta.

Não podia esta *Revista* deixar de registrar nas suas páginas estes acontecimentos, tanto mais que a Câmara Municipal, reconhecendo os altos méritos do Mestre e os serviços prestados a Lisboa, o homenageou, em vida, concedendo-lhe a medalha de ouro da Cidade. Filólogo, arqueólogo, etnógrafo e até, em larga escala, poeta, deixando, em todos os campos, farto manancial e caminho aberto para os que desejem seguir-lhe as pisadas, confessou-se sempre desejoso de que aparecessem continuadores, e deixou no seu testamento, bem expressa, a vontade de que os seus manuscritos fossem publicados. Alguns já o foram, mas muitos falta ainda publicar.

Esperemos que, quando tudo tiver passado à letra de forma, se proceda à edição da obra completa para proveito da ciência e utilidade dos estudiosos. Será esta uma das maiores se não a maior homenagem que poderá prestar-se-lhe.

J. L. D.





O Plano do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos

«Outros que vierem depois de mim, se forem bem inten-
 cionados e leais, e lhes assustar espírito de justiça e de verdade,
 escreverão melhor do que eu, a História desenvolvida e po-
 derão introduzir um elemento que não está na minha alçada:
 o juízo crítico desta empresa». (J. L. de Vasc., *Hist. do Museu
 Etn. Port.*, pág. 1. 1.^a ed. 1915)

Recordando as palavras do Mestre acima citadas, neste ano do centenário do seu
 nascimento, conho de novo insistir no significado, unidade e valor do plano do Museu
 Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, obra que eu admiro acima de todas as do
 grande sábio.

Aproveitei para a elaboração deste artigo alguns capítulos de um trabalho inédito
 que apresentei como Dissertação no exame final do curso de Conservadores adjuntos

dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais, defendida em 4 de Agosto de 1955, subordinada ao tema: «Anteprojecto para a Secção de Arqueologia do futuro Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos».

No momento, pensava-se já seriamente na transferência do Museu Etnológico, devido à pressão feita pelo Museu da Marinha que está provisoriamente instalado no Palácio das Laranjeiras e que deverá ocupar o velho convento manuelino.

Com esse trabalho pretendia, além de actualizar o plano programa elaborado por Leite de Vasconcelos e sobre o qual se estrutura o Museu Etnológico, concorrer para a defesa de uma obra que, no momento, corria certo risco, por andar esquecido o seu extraordinário valor e significado no panorama científico do País.

Pouco depois foi nomeada uma comissão de peritos para estudarem o plano do novo Museu de que faziam parte, entre outros, os srs. Architecto Carlos Ramos, Dr. Manuel Heleno e Dr. Mário Chicó.

Tendo o Governo designado membros que, pelas suas prerrogativas e escola, são os mais indicados para realizarem aquele estudo, o meu trabalho devia perder a oportunidade. Como, porém, aquela comissão se limitou a apresentar o projecto do plano geral do edificio que, neste momento, já se encontra em elaboração, resolvi pôr de parte apenas aquele assunto e também o capítulo que dediquei às colecções do Museu Etnológico, que, por motivos alheios à minha vontade, não pude concluir.

I

O ESQUEMA DO DR. LEITE DE VASCONCELOS

O Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos foi criado por decreto de 20 de Dezembro de 1893, sob a designação de Museu Etnográfico Português, a instâncias do Dr. Leite de Vasconcelos, seu organizador e primeiro director, quando era Ministro das Obras Públicas o Dr. Bernardino Machado lente da cadeira de Antropologia na Universidade de Coimbra.

Serviu-lhe de base a colecção de Estácio da Veiga — parte da qual já pertencia ao Estado e estava depositada na Academia de Belas-Artes, tendo sido a restante adquirida, na altura, aos herdeiros daquele ilustre arqueólogo — e a colecção particular do Dr. Leite de Vasconcelos. Foi instalado nos primeiros meses de 1894, em duas salas da Comissão dos Serviços Geológicos, pois segundo os termos consignados no decreto que fundava, o novo Museu devia servir «como que de desenvolvimento ao Museu de Antropologia» integrado naquela Comissão.

12

Na sua primeira fase — 1894 a 1897 — o Museu funcionou como um organismo agregado aos Serviços Geológicos, contendo apenas, no programa inicial elaborado pelo seu director-fundador, em Janeiro de 1894, as secções de Arqueologia (Antiga e

Moderna) e uma secção Moderna. Logo no primeiro ano da sua existência funda-se o seu órgão o jornal *O Inquérito Português* cujo primeiro numero sai em Janeiro de 1895 revista que tornara de si um vasto repositório de noticias sobre assuntos vários, de extraordinária impulsão nos estudos arqueológicos portugueses.

Depressa as duas primitivas salas dispostas pela Comissão dos Serviços Geológicos deixam de comportar o espólio resultante da extraordinária actividade de Leite de Vasconcelos (proveniente das suas excursões, visitas e explorações: objectos obtidos por compra ou dádiva e colecções aí colocadas a titulo de deposito). Já em 1897 pela impossibilidade de expor as colecções reunidas em espaço tão exíguo Leite de Vasconcelos dirige-se à Academia das Ciências instalada no mesmo edificio que lhe concedeu um dos claustros do Convento de Jesus que tornara destinado à secção aquilard, cujos monumentos exigiam espaço mais desafogado.

Neste mesmo ano de 1897 e por decreto de 26 de Junho foi substituída a designação de Museu Etnográfico pela designação mais geral de Museu Etnológico que melhor se coadunava com a sua finalidade de contribuir pela exposição permanente de objectos respeitantes a todas as épocas da nossa civilização desde as mais remotas para o conhecimento dos origens e da caracteres do povo português⁽¹⁾ além disso tornava-se necessário evitar confusões com o Museu Etnográfico Colonial da Sociedade de Geografia.

Em 1899 o novo decreto introduz modificações na organica deste Museu que, devagando-se da Comissão dos Serviços Geológicos o subordinou ao Conselho Superior dos Monumentos Nacionais. Desdobram-se ainda as duas secções primitivas nas três secções sobre as quais se estrutura actualmente (Arqueologia Etnografia e Antropologia Antiga e Moderna).

A partir deste momento não se justificando a sua permanência no edificio da Comissão dos Serviços Geológicos onde devido ao aumento rápido das colecções, sentia-se bloqueado impõe-se a sua transferência. Depois de apresentadas várias sugestões, todas rejeitadas, foi autorizada a transferencia por decreto de 21 de Novembro de 1900, para O Mosteiro dos Jeronimos quando era Ministro das Obras Publicas o conselheiro Pereira dos Santos. Leite de Vasconcelos cativou-se com a ideia e desabafa o regozijo que a solução nele provoca. Muito mais sabio do que esteta para si contava apenas o espaço livre de que ia dispor para instalar novas colecções.

Com a mudança do Museu para a sala onde anteriormente estivera instalado o extinto Museu Agrícola a qual se se effectua em 22 de Abril de 1903 novas facilidades lhe são concedidas. A partir de 1901 fica a depender da Direcção-Geral das Obras Públicas e Minas e é autorizado o funcionamento de uma biblioteca de um gabinete fotográfico um gabinete de desenho e uma oficina de restauro.

(1) J. L. de Vasc., Hist. do Museu Etnol. Port., pág. 91, Lisboa, 1915.

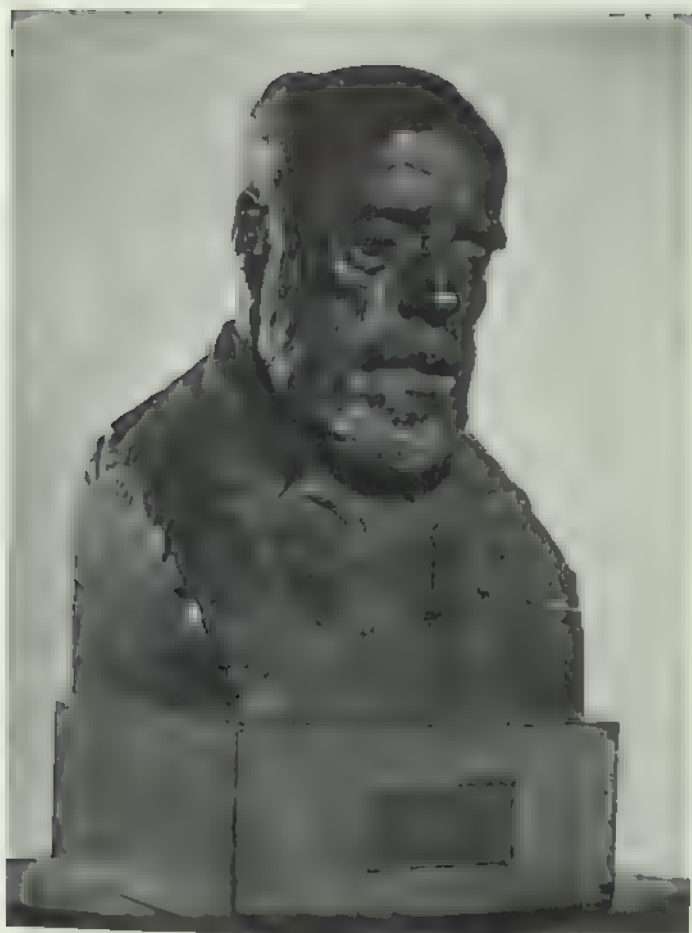
Desde a sua transferência até à implantação da República em 1910, o Museu atravessa um período de calma e progresso. As colecções aumentam constantemente e já não se põe o problema do espaço. Com a remodelação dos serviços artísticos e arqueológicos em 1911, o Museu desliga-se da Direcção-Geral de Obras Públicas e Minas, transformada em Ministério do Fomento e subordina-se ao Ministério do Interior, passando a depender, com os outros Museus de Lisboa, do Conselho de Arte e Arqueologia.

Esta dependência porém porquanto o âmbito de um Museu Etnológico transcendendo o campo da Arqueologia e Arte dificultou a sua orgânica. A agravar esta situação que vai criar-lhe um período difícil talvezmente curto, juntam-se as queixas difamatórias contra o Dr. Leite de Vasconcelos, levantadas no Parlamento pelo deputado Dr. Eduardo de Almeida. Como consequência, organiza-se uma sindicância, a pedido do atingido, que teve como justo resultado o elogio público do insubstituível director daquela instituição e da sua extraordinária obra.

Com a criação do Ministério da Instrução Pública em 7 de Junho de 1913, o Museu, como instituição de significado cultural, passa a depender do novo organismo e, libertando-se do Conselho de Arte e Arqueologia, agrega-se à Faculdade de Letras, onde o Dr. Leite de Vasconcelos era professor desde 1911.

Até 1929, ano em que o Dr. Leite de Vasconcelos atingiu o limite de idade, a orgânica do Museu Etnográfico mantém-se sem grandes alterações. Por decreto de 1926 fora-lhe concedida autonomia administrativa, situação que se prolongou até 1932 e, por decreto de 7 de Abril de 1927, foi autorizado a vender as suas publicações e a aplicar a receita em seu benefício. Nesta data, por imposição da lei, Leite de Vasconcelos é afastado da efectividade das suas funções. O Governo, porém, atendendo aos relevantes serviços prestados ao País por aquele sábio, resolveu dar ao Museu que foi obra sua e que tão proficientemente dirigira durante 35 anos, o seu nome pelo que passou a ter a designação oficial de Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos. Além desta homenagem nacional, Leite de Vasconcelos foi nomeado Director honorário do mesmo Museu título que reteve até à sua morte em 1941 (¹). Foi nomeado para o substituir no cargo efectivo ocupando-o, a princípio, interinamente, o Dr. Manuel Heleno e que passa à efectividade em 1930, depois de publicado o decreto de 17 de Março de 1929 que considerava inerente o cargo de Director do Museu Etnológico ao de Professor Catedrático ou Auxiliar da Faculdade de Letras.

(¹) Atendendo ao significado e objectivo deste Museu como imagem concreta da Nação Portuguesa nenhuma designação poderia convir mais rigorosamente do que a de Museu Etnológico Português, que lhe foi dada por decreto de 1941. Havia muitas formas de homenagear o extraordinário homem, símbolo de probidade e saber sem deturpar por uma designação bem intencionada, mas errada, a obra que Leite de Vasconcelos consagrou à Nação e através da qual a Nação foi consagrada.



Uma das primeiras medidas do novo director foi fazer uma revisão da obra do seu antecessor. Em 23 de Abril de 1930 é publicado um decreto com a finalidade de reunir toda a legislação dispersa existente sobre o Museu, de completar as suas omissões e de a harmonizar com o seu desenvolvimento (¹). Neste decreto foi respeitado o plano reformado em 1897, todos os serviços posteriores, como o funcionamento de uma biblioteca, de um gabinete fotográfico e outro de desenho e uma oficina de restauro.

Interpretando o decreto que fundava o Museu Etnológico Português, Leite de Vasconcelos refere-se ao significado da nova instituição nos seguintes termos: «O novo Museu é destinado a representar a parte material da vida do povo português, isto é, tudo o que a esse respeito etnicamente nos caracteriza» (²).

A reforma de 1897 com a ampliação do plano e mudança de designação, implicou um alargamento do significado que, em 1912, Leite de Vasconcelos precisa nos seguintes termos: «Este museu procura reunir elementos materiais que concorram para o conhecimento total da vida do homem no nosso solo desde o alvorecer da idade da pedra até ao presente, tipos físicos, trajes, indústrias, costumes, crenças, habitações, arranjo doméstico, gostos artísticos, folganças, a sobreposição das civilizações pré-romana, romana, visigótica, árabe e posteriores, tudo o que define caracteristicamente o nosso povo» (³).

Criado não como a maior parte das instituições congéneres, pela necessidade de dar destino a determinadas colecções, o Museu Etnológico nasceu, pois, obedecendo a um plano norteado por um ideal — projectando a Nação para além do Estado, pela ligação entre os portugueses actuais e os mais remotos habitantes do território: criar uma forte consciência nacional.

Para realizar este objectivo, Leite de Vasconcelos elaborou o primeiro programa do futuro Museu (1893-1894), antes mesmo de se ocupar da instalação das colecções.

Neste primeiro programa, de acordo com a sua designação primitiva — *Museu Etnográfico Português* — só foram previstas duas secções:

I — Secção de Arqueologia (compreendendo monumentos desde os tempos mais remotos até ao século XVIII).

II — Secção Moderna (correspondendo, nos planos seguintes, à secção de Etnografia).

Com a reforma de 1897, que lhe alarga o âmbito e lhe muda a designação para *Museu Etnológico Português*, é admitida, em 1899, uma terceira secção: Antropologia Antiga e Moderna.

(¹) Arq. Port., vol. XXIX, pág. 210.

(²) Rev. Lusitana, III, pág. 193.

(³) H. M. E. P., ob. cit., pág. 121.

Quando Leite de Vasconcelos redigiu a *História do Museu Etnológico Português*, o plano do Museu já se subordinava pois às três secções seguintes:

I — Arqueologia, subdividida em:

- a) Pré-histórica;
- b) Proto-histórica;
- c) Histórica (*).

II — Etnografia.

III — Antropologia Antiga e Moderna.

A margem destas secções fundamentais Leite de Vasconcelos constituiu mais duas pequenas secções que servem de complemento comparativo àquelas:

- a) Secção de Etnografia Colonial Portuguesa;
- b) Arqueologia Estrangeira (pré-história e etopeia e colecção egípcia).

Quando em 1929 Leite de Vasconcelos foi afastado das suas funções de Director efectivo do Museu Etnológico o plano esboçado em 1893-1894 e ampliado posteriormente tinha sido amplamente cumprido.

A secção Etnográfica e principalmente a Arqueologia que lhe merecera cuidados especiais, eram as primeiras do País; a secção Antropológica, porém, raima a que Leite de Vasconcelos não se consagrou especialmente encontrava-se apenas esboçada para justificar o plano.

No momento em que se projecta o novo edificio destinado às colecções do Museu Etnológico e de toda a oportunidade voltarmos ao plano programa de Leite de Vasconcelos para, desapassionadamente, fazermos a sua crítica.

A falta de uma boa apresentação das colecções, capaz de fazer realçar a conexão existente entre as três secções daquele Museu tem prejudicado a sua unidade e significado. Para remediar esta heterogeneidade aparente e, por ignorância absoluta do significado científico e social desta instituição, tem-se proposto um desdobramento das secções (arqueologica e antropologica por um lado e etnográfica por outro). Com efeito, duas das secções (arqueologica e etnográfica) pela sua extensão e importância, justificariam aquela divisão mas elas não coexistem naquele Museu por simples necessidade de arrumação ou por capricho intelectual de Leite de Vasconcelos, especialista apaixonado daqueles

(*) Por motivos de ordem museográfica Leite de Vasconcelos organizou com a colecção numismática (moedas antigas gregas, ibéricas, romanas visigodas e arabs moedas portuguesas, medalhas e tesseras) e a colecção das joias, duas pequenas secções independentes, ainda que integradas na secção Arqueológica.

dois ramos do conhecimento. A presença das três secções lado a lado, obedece, como vimos, a um plano racional, sãbiamente elaborado de acordo com um determinado objectivo, o mais alto objectivo que um museu jamais pretendeu atingir — ser a própria imagem da Nação. Funcionam, pois, essas secções como órgãos do mesmo corpo e não pode nenhuma delas ser afectada sem que o conjunto sofra consequentemente.

Quem conheça este organismo, o seu plano e significado, a lógica a que obedece a sua estrutura, não poderá, portanto, propor seriamente tal separação. As vantagens consequentes simplificação dos problemas museográficos que tais complexos criam seriam, insignificantes comparadas com os graves e inconvenientes que daí adviriam, pois que, a realizar-se, prejudicaria não só o significado altamente patriótico da instituição, como criava graves dificuldades quanto ao destino a dar a algumas colecções pertencentes integradas no plano de um Museu Etnológico mas sem significado no de um Museu Arqueológico ou Etnográfico.

Leite de Vasconcelos seria o primeiro a propor o seu desdobramento, se o Museu se estruturasse sobre um plano incoerente ou, pelo menos, que tivesse perdido a oportunidade. Ao criticar a falta de especialização de alguns museus, manifesta-se nos seguintes termos: «Semelhante cruzamento só se compreende na iniciação dos museus, principalmente dos particulares ou como tributo imbecil à tradição» (1). Esta crítica justíssima e que ainda hoje é aplicável a grande número dos nossos museus não afecta a sua grande realização — o Museu Etnológico Português — onde, sob uma heterogeneidade aparente, existe uma unidade real (2).

Posta de parte a hipótese de um desdobramento de secções por contrária ao espírito desta instituição, também não parece aceitável a ideia do actual director relativa à ampliação da pequena Secção de Etnografia Colonial Indígena para com ela constituir uma quarta secção fundamental (3).

Este ponto de vista a realizar-se comprometeria seriamente o significado do Museu, pois que, incluindo aquela secção todas as manifestações dos povos sob o nosso domínio actual ou passado transformava o *Museu do Povo Português*, que é o Museu Etnológico Português num *Museu do Mundo Português*. A estruturação da nova secção, ao lado das anteriores, só seria aceitável se nela se fizesse representar apenas vestígios que testemunhassem a nossa presença nas várias regiões da Terra. Sob este aspecto a ideia não apresenta porém, qualquer novidade porquanto já fora considerada por Leite de

(1) *Arg. Port.*, vol. III, pág. 279.

(2) Se me parece perfeitamente defosvel a integridade do plano, outro tanto não direi das colecções, algumas das quais necessitam de uma rigorosa selecção. Por exemplo a colecção de Numismática estrangeira e grande parte da colecção de Manuscritos (e) maior parte sem qualquer significado arqueológico ou etnográfico) dificilmente se integram no plano do Museu Etnológico.

(3) Esta ideia apresentada numa das lições proferidas no «Curso de Estágios para Conservadores dos Museus» (28 de Abril de 1955) foi reafirmada no acto publico da defesa da Dissertação já citada por mim apresentada no exame de encerramento daquele curso.

Vasconcelos no seu plano, não como secção fundamental, pois que não fazia sentido, mas como uma subdivisão da secção portuguesa (considerada sob o ponto de vista arqueológico e etnográfico).

Na verdade, se reina uma bela unidade política em todo o mundo português que, lentamente, se processa numa unidade racial e cultural, não podemos ignorar a existência, ainda hoje, de correntes étnicas diferentes, ainda que constituindo um só povo, armanado pelo mesmo ideal.

A transformar-se a secção de Etnografia Indígena, numa secção fundamental, passariam a estar representadas no Museu, não só duas correntes culturais independentes (pois grande parte dessa colecção não revela a mínima influência europeia), mas de correntes étnicas diferentes, o que contraria a unidade cultural e étnica daquela instituição.

Devido a estas dificuldades e inconvenientes, parece-me mais sensato, contentarmo-nos com a solução de Leite de Vasconcelos dando, porém, grande desenvolvimento, dentro da Secção Portuguesa, às profundas alterações produzidas na raça, costumes e mentalidade do povo português pela influência das correntes exóticas a partir do século XVI, não esquecendo, porém, que os objectos a representados devem reflectir a presença das duas raças em conjunção cultural. As restantes colecções de arte e etnografia indígena, para da influência portuguesa, devem estar presentes no plano, mas apenas como secção complementar⁽²⁾.

Rejeitadas as hipóteses que afectam a unidade e significado do plano do Museu, resta-nos pois, concluir, pela integridade do mesmo. Porém os progressos operados no campo das ciências sobre as quais se estrutura o Museu Etnológico (particularmente a Arqueologia) e o desenvolvimento da Museografia impõem a sua remodelação e actualização. É a este assunto que reservamos os capítulos seguintes começando por fazer uma síntese sobre

a originalidade e continuidade das culturas portuguesas fundamental para uma realização eficaz daquele plano, para, por fim propormos o critério que nos parece ideal para uma actualização e adaptação das colecções ao esquema de Leite de Vasconcelos.



1. PLACA DE XISTO
COM REPRESENTAÇÃO
ANTROPOMORFICA

⁽²⁾ Deste assunto tratarei mais desenvolvidamente no capítulo dedicado à *Actualização do plano-programa do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos*.

«Do rápido lance de olhos que dei à parte material da nossa civilização, considerada desde os tempos pré-históricos até ao presente, vê-se realmente, como já disse, que as épocas em que ella se divide se filião umas nas outras

.....
Achemo-nos assim indissolúvelmente ligados ao passado. Estudando este, prestamos, pois, culto aos venerandos velhos que nos legarão a herança que usufruimos». (J. L. de Vasconcelos, *Rev. Lusitana*, III, pág. 193, Porto, 1894-1895)

Quando Leite de Vasconcelos elaborou o plano-programa do Museu Etnológico já surpreendera a unidade da cultura portuguesa ainda que não ousasse projectar o elo cultural entre os portugueses actuaes e os remotos habitantes da Península para além da rude cultura castreja.

O desenvolvimento da Arqueologia Portuguesa nas últimas décadas remontando essa cadeia cultural a períodos muito anteriores impõe a sua revisão e alargamento.

Na verdade desde as épocas mais antigas esboçam-se na faixa ocidental da Península correntes culturais de grande originalidade que succedendo-se através de uma linha evolutiva única quebrada apenas à morfologia dessa região um carácter profundamente individualizado dentro do complexo cultural hispânico. Já no Paleolítico Inferior as indústrias bifaciaes introduzidas através do Guadiana e de que há vestígios em todo o País (¹), evoluíram ao longo da costa marítima adquirindo um carácter próprio que Brasil consagrou sob a designação de *indústria de tipo lusitanico*. Esta indústria evoluciona através de fases sucessivas (*camposanquense*, *langueadocense*, *ancorense*) desde o paleolítico inferior até ao mesolítico ou mesmo proto-neolítico onde modernamente os pré-historiadores colocam o *asturicense* última fase daquela evolução, mantendo sempre o mesmo carácter arcaizante que lhe dá a rudeza da matéria (seixos rolados) e a técnica especial.

(¹) Estas indústrias únicas que seguem o paralelo marítimo aquilaram-se entre nós uma rudeza especial que lhes dá uma forte originalidade que não nasce desse ou do outro, com carácter aberrante. Está neste ultimo caso as indústrias do estremo Oeste (Mérida) com o tipo material de uma patina amarelada, querada muito característica faz deia a sua localização e as espelhas parolíticas do Museu Etnológico e as das estações situadas nas alturas da serra de Monsanto, que foram e foram esse e Abadi. Brasil a referir-se a elas nos seguintes termos: «Il est plus facile de dire ce que cette industrie n'est pas que ce qu'elle est: ni paléolithique ancien ni supérieur, ni plus ou moins méso-lithique, ni néo-lithique, ni néo-paléolithique. Une vague savoir campagne a vu de gauche à droite de plus grossiers, facture amoras habile du débilage des lames et des éclats» (H. Breuil e G. Zdziewski, *Contribuição à Etude etc.* — *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, t. XXIII, pág. 211).

Já Jalhay pressentira, ao estudar as estações do litoral minhoto ⁽¹²⁾, a origem paleolítica da indústria *asturiense*. Esta filiação foi, porém, definitivamente estabelecida depois das explorações de H. Breuil e Georges Zbyszewsky a partir de 1940, nas praias quaternárias do litoral português (Estremadura e Alentejo) e nos terraços fluviais das margens do Tejo. Estes investigadores tiveram o merito de completar e esclarecer os estudos iniciados por Jalhay, Afonso do Paço, Rui de Serpa Pinto e Joaquim Fontes, servindo-se de métodos científicos de que aqueles não podiam dispor.

Quando esta indústria caracteristicamente marítima atlântica fenecia, nos alvares da época neolítica, já outra corrente cultural, com origem no Paleolítico Superior europeu, se nacionalizara constituindo as suas indústrias o substrato das culturas mesolíticas e neo-eneolíticas portuguesas. Durante muito tempo considerou-se a zona do sul, o centro e, talvez a faixa ocidental da Península integradas na província capsense do Norte de África, julgando-se que toda essa zona não fora abrangida pelo Paleolítico Superior europeu, cuja influência para ocidente se julgava não ter ultrapassado a zona pirenaica e uma pequena faixa Atlântica. A exploração de níveis solutrenses na Gruta de Parpalló, no Levante espanhol criou as primeiras dificuldades àquelas teorias, entre cujos defensores se contavam H. Obermeier e B. Gimpera.

Em Portugal já há muito se tentara reconhecer Paleolítico Superior entre os espólios de algumas estações, mas estas primeiras tentativas foram olhadas com desconfiança. Este problema só foi resolvido com as explorações conduzidas pelo Museu Etnológico, nas grutas de Rio Maior a partir de 1937, que identificando níveis correspondentes às várias fases do Paleolítico Superior, obrigaram a uma revisão geral das nossas colecções arqueológicas ⁽¹³⁾.

(12) E. Jalhay, *Sur les pré-asturiens et les stations pré-historiques du littoral minhoto*, Lisboa, 1933.

(13) A estação arqueológica de Rio Maior é constituída por um conjunto de grutas e abrigos, habitados durante um longo período de tempo, os níveis mais antigos remontam ao Paleolítico Inferior e há vestígios do domínio romano nas camadas superficiais e com estratigrafia bem determinada. As indústrias paleolíticas encontram-se assim distribuídas: *clactonense* na Senhora da Luz, Quinta da Mata do Lameiro e Jaguador; *acheulense* na Senhora da Luz, Barradas, Quinta Nova, Cabeço de Santo Amaro, Azimbeira e Alto das Bocas; *talatense* na Senhora da Luz e Bocas; *levalloisense* na Senhora da Luz e Vale Comprido; *moustériense* na Senhora da Luz, Vale Comprido, Alto das Bocas, *argedourense* em Vale Comprido e Cabeço da Figueira; *aurignacense* no Cabeço da Figueira, Barradas, Castros, Figueiredos, Passasqueira, Quinta Nova, Marvaldeira, Via Vai e sobretudo, em Vale Comprido, Senhora da Luz e Casal do Filipe; *proto-solutrense* e *solutrense médio* em Vale Comprido e Quinta da Pena; *solutrense médio*, no Cabeço da Figueira, Arneiro, Passal, Olival do Casal e Vale de Marinhas; *solutrense superior*, no Arneiro, Passal e Quintal da Fonte; *perigordense* na Senhora da Luz, Barradas, Quinta Nova, Via Vai e Casa do Filipe; *madalenense antigo*, em Vale Comprido.

Posteriormente foi também reconhecido Paleolítico Superior, entre os espólios de outras estações algumas das quais há muito exploradas: Gruta da Furninha, Gruta da Ponte da Lave Raposeira (Oleias), praia do Guincho, Vale de Lobos e Cabeço das Pedras (Sabugo) a linda peça proveniente da Serra do

A exploração das grutas de Rio Maior, justamente considerada uma das mais revolucionárias que se têm realizado nos últimos tempos na Península, confirmando a existência de Paleolítico Superior de tipo europeu entre nós, concorreu para esclarecer o problema da origem do mesolítico de Muge que durante muito tempo se tentou explicar exclusivamente por influências africanas⁽¹⁴⁾.

O Professor Mendes Correia, no que foi seguido por Rui de Serpa Pinto, levado pelas ideias então em voga, a Península acerca da existência de uma província de influência africana no sul e sudoeste peninsular, incluíu a indústria microlítica de Muge no *capsense final* num período que denominou *azilo tardenense* e *ise*. Sobre as conclusões daquele ilustre investigador logo foram lançadas dúvidas primeiro por Eckard Mencke (q. e. isolou, entre os microlitos de Muge, alguns buris) e depois pelo grande antropologista M. Vallou, cujas investigações o levaram à crítica do *Homo Afer-Tegeanus* de Mendes Correia, fundando-o nas raças do Paleolítico Superior europeu.

Depois da descoberta e exploração dos níveis epi-paleolíticos do Abrigo das Bocas (Rio Maior) onde se determinou uma indústria *grimalden* e que depois dos trabalhos de Waufreys, não pode ser explicada por uma influência africana, estabelecer-se definitivamente a filiação europeia dos microlitos dos «coacheiros» dos Vales do Tejo e Sado. A esta conclusão conduziu o facto de serem determinados no Abrigo das Bocas, níveis epi-paleolíticos aparentados com as indústrias de Muge (*saucerterense* e *tardenonsense*), estando estas mesmas também representadas em Rio Maior em níveis sobrepostos àquelles. Tudo leva a crer, pois, que a degenerescência do epi-paleolítico de Rio Maior,

Burghem foi classificada como *bourgeois* paleolítico superior. Eu ainda recordando entre os apêndices do Museu Etnológico provenientes de Camêlas e Muxes, de *bourgeois* e *saucerterense* e *grimalden*, e no *revista* e *confratado* o P.^o Olivier identificou o mesmo *Casa do Borel* Antidote e *grimalden* de Saint-Cruz.

O espólio das pedras grutas, ainda medido, só parcialmente se encontra em exposição no Museu Etnológico. No entanto, que se preparava, trabalho que me serviu de base a este artigo. Eu não posso permitir-me pelo Director do Museu, compulsa as colecções em depósito. O que apreço sobre este assunto e, pois, fruto em grande parte da minha própria observação.

Importante também tem resultado o estudo das valorações realizadas pela mesma instituição em Camêlas, Torres Vedras, sobre as quais, porém, que eu sei, nada foi publicado. Não pude compulsa o material respectivo, porque na biblioteca encontrava-se esgotado.

(14) As primeiras explorações nos «coacheiros» de Muge datam de 1863, logo interrompidas e retomadas em 1880, quando se encontra a Sociedade Anonima de Arqueologia, Antropologia e Pre-história, e em 1884 e 88, a *classe* da *região* os nomes de Pereira da Costa, Nery Delgado, Carlos Ribeiro e Paula Oliveira, que faziam muitas vezes trabalhos principalmente sobre os *concluídos* do *cento* do Padre Pedro Cabego, la *Arre* la Cabego, la *Antónia* Mota do Sebastião e *Quinta* da Sarrinha, as *última* *estação* *análise* *saucerterense* e Muge. Interrumpidas durante quase meio século, foram retomadas em 1930 sob a direcção do Instituto de Antropologia da Universidade de Porto, que tem alternado os trabalhos com a Comissão dos Serviços Geológicos de Portugal. Merece dos esforços de Hipólito Cabaco e Lúcio Antunes, novos e *clássicos* *foram* identificados alguns dos quais situados no Paul dos Magos — Cabeço dos Ossos, Cabeço dos Morros — no Vale do Sado e ainda no da Flor em Beira, descoberto no Paul do Duque em 1953 pelo primeiro.

ligado à indústria *perigordense* das mesmas grutas se processa em indústria microlítica no próprio território nacional. Assim, a relação proposta por grandes especialistas como Obermeister (*capsense final azilo tardenoisense*) teve de ser invertida. Sem deixar de admitir as infiltrações africanas, possivelmente relacionadas com as culturas recentemente descobertas na Palestina, na opinião autorizada do Prof. Mendes Corrêa, estas infiltrações seriam forçosamente tardias ⁽¹⁸⁾.

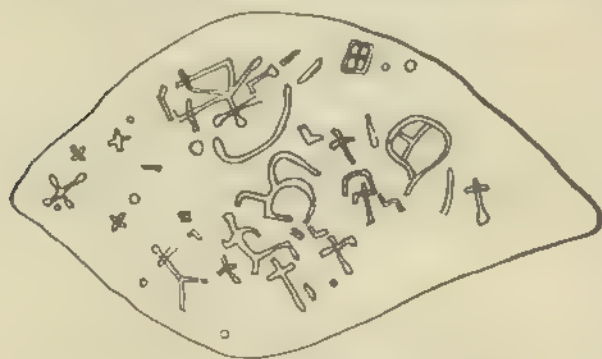


Relativamente ao Neolítico, o problema tem sido posto nos seguintes termos: A um período mesolítico com persistência das indústrias microlíticas, seguir-se-ia um período neolítico muito curto que, entre nós, apenas deixara raros vestígios na Lagoa de Albufeira e Varzea do Lúrio. O período eneolítico interromperia repentinamente na Península, trazido de regiões longínquas, a que o próximo Oriente não seria estranho.

As escavações conduzidas pelo Museu Etnológico em Rio Maior obrigam também neste sector a uma revisão. Na verdade, aquelas explorações revelaram um *neolítico*

puro, situado entre os níveis mesolítico e eneolítico do Abrigo das Bocas e um *neolítico muito fino* na Senhora da Luz.

Por outro lado o Professor Manuel Helleno que explorou a região dolménica de Montemor-o-Novo, Saborro e Estremoz, classifica também, no período neolítico, um grupo de dolmens com a configuração de cistas megalíticas,



mas com espólio arcaico, frequentes naquela região ⁽¹⁹⁾. Foi própria explorar alguns monumentos daquele tipo em 1952-1953, na região de Pavia e Mora, mas por se tratar de um número reduzido de espécies, não me permitem largas deduções ⁽²⁰⁾.

(18) Da visita que fiz a colecção de Rio Maior fiquei com a impressão que, uma vez publicado o relatório daquelas escavações, muita luz se faria lançar sobre os períodos intermédios, tão mal conhecidos entre nós, que, examina paleolítico a neolítico pela existência no Abrigo das Bocas de níveis sucessivos epi-paleolíticos, mesolíticos e neolíticos.

(19) O espólio destes monumentos imediatamente encontra-se exposto nas salas de estudo do Museu Etnológico onde tivemos ocasião de o observar várias vezes.

(20) Sobre estas explorações veja-se o trabalho em 1953 que aguarda publicação: *O Arqueólogo Português*, 2ª série. Os espólios foram por mim enviados ao Museu Etnológico.

O Eneolítico reveste-se, na Península, de uma pluralidade de aspectos (*cultura central das grutas, cultura do sudoeste ou de Almería, cultura pirenaica e cultura megalítica ocidental*), que, na sua diversidade traduzem a chegada de novos invasores. Apesar da importância que todas elas — excepto a *pirenaica* — tiveram em Portugal onde se encontram representadas nas várias fases da sua evolução — a continuidade cultural em relação às épocas anteriores — foi assegurada pela *cultura megalítica ocidental*, seja duvida a que assumiu maior expansão e originalidade.

O problema da origem da *cultura megalítica ocidental* tem sido muito discutido, havendo hoje fortes razões para a considerarmos se não como uma cultura originária como querem alguns, pelo menos como uma cultura profundamente nacionalizada, através de uma longa evolução operada «in loco».

Já Bosch Gimpera, impressionado pela sua importância e originalidade no Ocidente da Península, defendeu para ela uma origem portuguesa — colocando o foco originário na província de Trás-os-Montes — a partir do qual evoluiria e se expandiria para a Bretanha e Norte da Europa. A descoberta do grupo de dolmens de tipo primitivo no Alto Alentejo — a que já fazemos referência — levou o Professor Manuel Heitor a transferir o centro originário para o sul do Tejo onde colocou o foco originário desta cultura (*).

Os esposos Leisner, depois de terem visitado os monumentos do Alto Alentejo e observado os seus espólios, se não se revelam abertamente pela origem portuguesa adoptam contudo ainda que com algumas reservas a evolução proposta por aqueles investigadores — isto é, do grupo mais simples para o grupo evoluído — e não o inverso, como tentaram explicar o fenómeno doutrinário peninsular os defensores da migração oriental.

Na verdade se não podemos ir ao ponto de defender uma evolução completa desta cultura sem a comparticipação de elementos estranhos — o que seria absurdo, devido ao grau de parentesco que as várias culturas eneolíticas peninsulares apresentam no seu apogeu — não reagimos contra passivamente a essas influências. Assimilamos as novas influências — mas sobrepondo-lhe a nossa forte originalidade — emprestamos-lhe carácter próprio — e a pobreza, timidez e força que — nos são peculiares.

Será interessante referir o quadro da evolução da cultura megalítica ocidental proposto por B. Gimpera e pelo Professor Mendes Correia — fazendo apenas as correcções impostas pelas últimas explorações.

Através deste quadro teremos ocasião de verificar que essa evolução se fez em graus sucessivos apresentando uma linha de continuidade, nem sempre isenta de influências do exterior.

(*) Sobre aquelas explorações, porém, ainda nada foi publicado.

1.ª fase — *Dólmenes com câmara rectangular, sem corredor* — espólio constituído por machados cilíndricos picados sílices trapezoidais e cerâmica grosseira (Alto Alentejo, região de Montemor-o-Novo e Canha).

2.ª fase — *Dólmenes de câmara polygonal, sem corredor ou com corredor incipiente* — espólio de transição (Trás-os-Montes, Beira e Alentejo).

3.ª fase — *Dólmenes com câmara polygonal e corredor desenvolvido* — espólio constituído por machados polidos pontas de seta de forma variada contos de xisto, cerâmica (no norte são vulgares os vasos cilíndricos e em forma de vaso de flores com uma ou duas asas). Entre as peças que podemos considerar revolucionárias contam-se as placas de xisto trapezoidais e encurvadas (tipo lugareiro representado no Alto Alentejo Beira e norte do País).

4.ª fase — *Galerias cobertas* (monumentos com formato trapezoidal, devido ao alargamento do corredor à entrada da câmara) — nesta fase já é nítida a intererência de elementos estranhos, possivelmente dos *tholoi*, tanto na configuração architectónica como no material, mais rico e variado onde, além dos elementos tradicionais aparecem contos de calcário cerâmica ornamentada e um conjunto rico de objectos de carácter mágico-religioso. (Como exemplos mais notáveis temos a galeria coberta de Nora no Algarve e o dólmen de Monte Abraão, nos arredores de Lisboa).

5.ª fase — *Monumentos cupuliformes do tipo algarvio* — estes monumentos são o resultado do cruzamento da cultura megalítica ocidental com a de Almeria operada na estação andaluza de Los Millares. Alguns autores, entre eles Gimpera, colocam esta fase no Bronze inicial o que não se justifica, devido à ausência completa daquele metal entre os seus espólios (alguns monumentos do Algarve, da Estremadura e Alentejo).

6.ª fase — *Cistas megalíticas* — são sepulturas de formato quadrangular ou rectangular e daí a designação por que são conhecidas.

Alguns autores, entre eles Mendes Correia e Gimpera, distinguem as *cistas megalíticas* (Ancora, Água Branca Vila Nova de Milfontes Odemira) das *cistas argárias*, estas últimas representativas da primeira fase do Bronze Peninsular.

A continuidade cultural é ainda assegurada através das épocas do Bronze e do Ferro, pela persistência de uma outra cultura neo-eneolítica, *cultura dos povoados*, possivelmente origem da cultura castreja, contemporânea da 2.ª Idade do Ferro.

24 Os arqueólogos têm relacionado a origem da cultura dos povoados eneolíticos com a cultura do sudeste (considerada nas suas várias fases). Relativamente ao território português, observa-se porém uma relação estreita ou mesmo identidade entre os espólios desses povoados e os monumentos sepulcrais das vizinhanças, isto é, no que respeita aos povoados estremenhos (Outeiro da Assenta, S. Mamede de Óbidos, Castros de Chibanes e Rotura e Castelo de Pragança) identidade entre os seus espólios e os das

grutas naturais e artificiais da região, nos povoados alentejanos (Castelo de Pavia, Castelo de S. Bento, Castro de Vidais, Castro dos Cavaleiros, identidade entre os seus espólios e o dos monumentos dolménicos da região ⁽¹⁹⁾).

A maior parte destes castros resistiram, porém, à ruína das culturas com que se relacionaram no período eneolítico do seu desenvolvimento e foram repovoadas sucessivamente nas épocas posteriores até serem definitivamente abandonadas sob o domínio romano. Durante o período de La Tène sofrem a influência céltica e ibérica e, daqui, entram na designação geral de *castros*, termo por que são conhecidas as povoações fortificadas dos galaico-lusitanos.

Não insistindo na Idade do Bronze, período muito mal conhecido entre nós e cujas culturas, ainda mal determinadas, parecem ser, pelo menos no que respeita à primeira fase, o prolongamento das épocas anteriores ⁽²⁰⁾, passemos à época do Ferro onde se impõe, entre todas, a cultura castreja, durante a qual se geram os fundamentos remotos da nação portuguesa.

Apesar dos esforços dos arqueólogos catalães, continua a observar-se, na Península, uma grande lacuna, em relação à primeira idade do Ferro ou período de *Hallstatt*. Em relação ao território português essa lacuna ainda é mais constringedora. A necrópole de Alcácer do Sal, a estação de Fonte Velha de Bensafim e os Campos de Urnas de Alpiarça e da Chamuné (arredores de Elvas) são de um período tardio que Bosch Gimpera denomina de *post-hallstattico* e cuja introdução pelas incursões célticas dos fins do século VI.



AL TO MUNILO

(19) De todas as povoações eneolíticas conhecidas em Portugal aquela que parece guardar mais fortes relações com as enteras do Sudeste nas suas fases de «Los Milares» e «argarica» e sem dúvida, o povoado de Vua Nova de S. Pedro, nas proximidades do Cartaxo, explorado por Jalhay e Afonso do Paço a partir de 1937.

(20) Como aspectos de maior originalidade desta cultura além das fases correspondentes ao Bronze dos povoados eneolíticos que, como vimos, passivamente estabelecem a passagem entre as culturas eneolíticas e a castreja, convém não esquecer algumas manifestações da 2.ª Idade do Bronze Atlântico. Esta cultura foi introduzida, segundo alguns autores, pelas primeiras avançadas célticas. Dela não se conhecem povoados nem

A onda céltica que introduz a cultura de *La Tène* só chegaria à Península, segundo o mesmo investigador por volta do século IV coincidindo o seu florescimento no século III, com o da *cultura castreja* do nordeste peninsular.

A origem desta cultura que tão profundamente se enraizou no território nacional, transparecendo a cada passo através dos costumes e mentalidade do nosso povo ainda se encontra por resolver. É frequente, porém, relacionarem-na com os invasores céltas. Entre os defensores desta tese encontra-se o próprio Leite de Vasconcelos. Gimpera e Schulten atribuído uma origem ibérica aos lusitanos, vicários, porém complicar o problema.



4 TORÇA DE OURO DA ÉPOCA DO BRONZE (MUSEU)

O Professor Mendes Correia no capítulo sobre a cultura castreja inserido n'Os povos primitivos da Lusitânia e na Lusitânia pré-romana põe o problema em termos que muito naturalmente as investigações ulteriores virão a confirmar. Para este etnólogo a cultura castreja é antes, uma cultura «sua genética» com raízes no eneolítico dos dolmens e dos povoados e com influências superficiais de origem céltica (2).

metrópoles, mas apenas símbolos esboçados de significação local, e não de significação dispersa. Interessa porém considerar que apesar de se reconhecerem vestígios desta cultura em muitos pontos da Península a sua zona de origem foi-se dividindo, e a zona peninsular, que em parte coincide com a da cultura ibérica e castreja, esmalecida e diluída, e que aliás não caracteriza desta cultura não terá passado mesmo esta zona e em certos lugares diferentemente se manifestou a cultura ibérica em cultura portuguesa. Notemos também as influências em certas áreas da cultura, mas a ela voltamos adiante.

Na altura em que o Professor Mendes Correia publicou o seu trabalho e a 7 de março de 1904 a cultura se conservava a margem desta cultura. Não admira pois que o mesmo autor, pré-intervenor não considerasse igualmente as influências ibéricas mais ou menos profundas nos castros da zona litoral e do sul do País.





Na verdade nem a explicação céltica nem a de Gimpera e Schulten parecem poder explicar, só por si, o fenómeno castrejo. Apesar das raízes célticas presentes ainda hoje no folclore português, há certos aspectos desta cultura que escapam àquela tese. O principal argumento contra ela reside no facto de a maior parte destas povoações fortificadas apresentarem tases anteriores ao domínio celta na Península. Por outro lado, as influências ibéricas limitam-se aos castros do centro-litoral e do sul do País, o que parece indicar que a sua presença entre as outras manifestações desta cultura é consequência de relações comerciais ou de simples contactos de vizinhança, não se tornando necessário, para as explicar, admitirmos um domínio efectivo.

Para um melhor esclarecimento das relações desta cultura com as anteriores e com as que se lhes seguiram é de grande importância e necessidade elaborar o mapa da sua distribuição geográfica no País, com a indicação das manchas de influência céltica e ibérica.

Esta cultura não se distribui homogeneamente em todo o território, sendo mais frequentes os vestígios de castros na zona situada a norte do Tejo. O numero dessas povoações vai, porém, aumentando à medida que caminhamos para o norte, atingindo maior pujança e originalidade nas províncias do Minho e Trás-os-Montes. Ao sul do Tejo, na zona alentejana e meseta do Alentejo, embora mais raros, vão aumentando de numero os castros explorados ou simplesmente identificados nos últimos anos.

Também as influências célticas e ibéricas sobre esta cultura não se distribuem igualmente por todo o País, resultando o predomínio de umas ou outras da maior ou menor proximidade das zonas de influência céltica ou ibérica da Península, ou da maior ou menor facilidade de contactos comerciais com os povos do Levante. Estas influências sobrepõem-se sempre, porém a um conjunto de características comuns que a individualizam em todo o País.

Conforme a maior ou menor incidência céltica ou ibérica, podemos distinguir, pelo menos, três zonas geográficas:

1. *Castros situados ao norte do Tejo.* Caracterizam-se por uma maior influência céltica e uma grande pobreza e rudeza do material.

Neste grupo é costume distinguir:

a) Zona situada ao norte do Douro (casas de planta arredondada)

b) Zona situada ao sul do Douro (casas de planta quadrangular com os ângulos arredondados).

2. *Castros situados ao sul do Tejo.* Esta zona que, na altura em que o Professor Mendes Correia escrevia as obras atrás referidas, considerava-se um pouco à margem da cultura castreja, está, actualmente, como vimos, perfeitamente representada. Devido à proximidade geográfica dos domínios da cultura ibérico-andaluz, esta influência faz-se

sentir através de um espólio variado nos castros de Vairamonte e da Azougada (cerâmica pintada, cerâmica grega, contas de vidro, etc.) No entanto, em ambos, mas principalmente no primeiro, são notáveis os vestígios da influência celtica.⁽²⁾

Ao contrário dos dois castros citados, o espólio rico e variado, os castros situados nos arredores de Beja (Castro Verde e Castro de Cova) e os da Estremadura Traastagaria (Castelinho e Castelo) nos arredores de Aljezur do Sal, Castelo e Castelinho de Alandroal e Castelo Velho de S. Tiago da Caxina) aproximam-se, pela pobreza e qualidade dos seus espólios, dos castros do centro e norte do País.

3.º - *Castros do Centro-Litoral* - Esta zona é constituída pelos velhos povoados eneolíticos sob a influência conjunta de La Tène (celta) e mediterrânica (cardetânica, ibérica, fenícia, grega e até egípcia). A influência mediterrânica é porém mais intensa na região central do País servida por inúmeras navegações (castro de Chibanes, castro de Rota na povoação dos arredores de Lisboa, Castelo Velho de Pragança, S. Manede de Obedos, Ourém de Assenta), ao norte desta zona onde são notáveis os vestígios ibérico-mediterrâneos nos castros dos arredores da Figueira da Foz e Coimbra em povoados servidos pelo Mondego. À medida que vamos entrando do pinto norte, a influência ibérica vai sendo cada vez mais fraca, existindo apenas rumores longínquos desta cultura nos castros de Gótiça e Manteigas margens do Douro.

(Continua na pág. 41).

(2) Os espólios destes dois castros, ainda inéditos, encontram-se só parcialmente expostos no Museu Etnológico.



Aquarelas de Lisboa

FERIADO NA PRAIA

O autocarro de dois andares, que me levou do Campo Grande ao Cais do Sodré é, para as funções digestivas, pior que barcarola em crista de onda encapelada brusco e sacolejante em arrancos e paragens.

Chegar um tanto mais cedo, parece ainda a única vantagem sobre os velhos carros eléctricos que embora bastante morosos constituem apreciável calmante para o apressado lisboeta com a linda panorâmica da Cidade que lhe proporcionam entre a casa e o emprego.

Tirado o bilhete para Santo Amaro de Oeiras, eis-me na chilreante babilónia do comboio do Estoril, cheio que nem um ovo, dos populares veraneantes que, fugazmente libertos da grilheta do ganha-pão, correm a gozar a tonificadora liberdade do mar.

Cruz Quebrada, Caxias, Paço de Arcos . . . são águas-fortes de toldos e de «mallores», esbordantes de vida e de alegria na franja espumosa das ondas.

Santo Amaro é como as demais povoações ribeirinhas dos Estorais: airosa e ajardinada vizinha da beira-mar, cheia de «chaks», «vilas» e de outras moradias de bom gosto que, na quadra estival, se enchem de comerciantes, funcionários e outros empregados que ali gozam as férias ou diariamente se deslocam ao convívio familiar.

Ganhada a praia, por fervilhante avenida que lhe dá acesso, lá corre desembarratado da urbana e momentânea a entregar-me ao infável prazer de enterrar na areia fina os pés afolegados, saborear na pele o voluptuoso atago do Sol apagar, nos pulmões, a iodada e fresca cascata das brisas salinas.

Vasta e bela paisagem marinha — barcos que sobem e descem calmamente o Rio, asas brancas e cinzentas das gaivotas espalhando o espaço, aviões que buscam ou deixam, ruidosos, o entamento da barra, serenos e forçadamente esculpturais nos clásticos «mallores» entregam-se regaladamente, ao atago das vagas, errando em torno os capitosos unguentos que lhes bronzeiam a pele. . .

À minha volta, o «tervet opus» da flora e da fauna litoral, em copiosa representação ali — algas ulamamentosas, algas foliáceas, algas espalmadas formam, com seus despojos, fôfo tapete em que se embatem os pés, o irris perucas e cobrem as cabeças das rochas, onduam, desgrenhadas pelo vaivem da ondulação.

Por recôncavos e testadas, esta de actual o farto ariol dos moliscos, todos mexilhões de santo zelo pela vidinha, em suas estratégias posições. Estrelas gelatinosas, estendem matreiras, os cinco raios tentaculares, esparcela dos mosquitos incantados, soldados às arestas, pela rubra ventosa, os orixes espalham ao lume de água, a sua rede de retrácteis filamentos, camufladas nos limos ou nas pequenas cavidades rentes ao chão gordas lesmas arrumam ou arrastam pachorrentas, a sua rotunda massa, negra e viscosa, estendendo na areia o mucoso galão de prata.

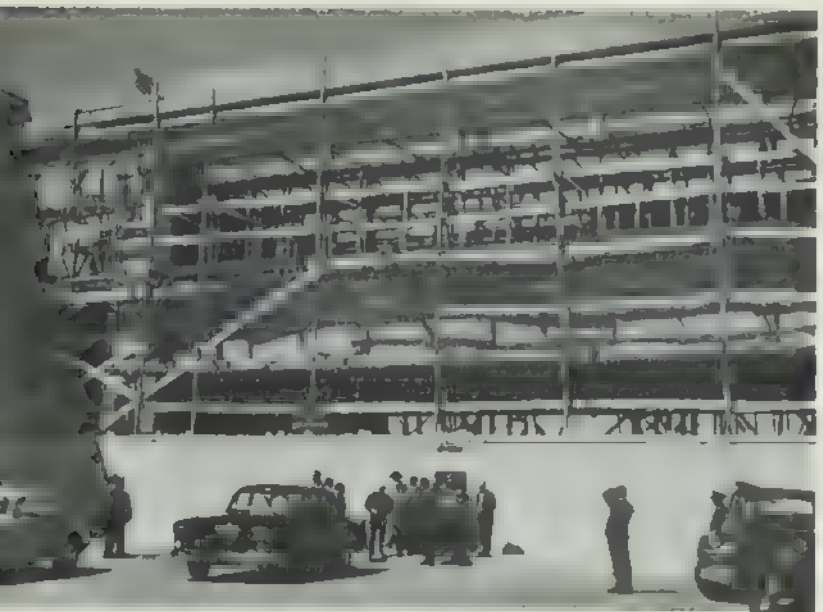
E, pela adormecente sanguínea do entardecer, sob o nervoso dossel das gaivotas ao engodo dos ícticos despojos que vão filando com selváticos graxados as traineiras sobem o Rio laboriosamente a alijar na lota de Santos o precioso fardo do alto.

Oliveira Quartau.



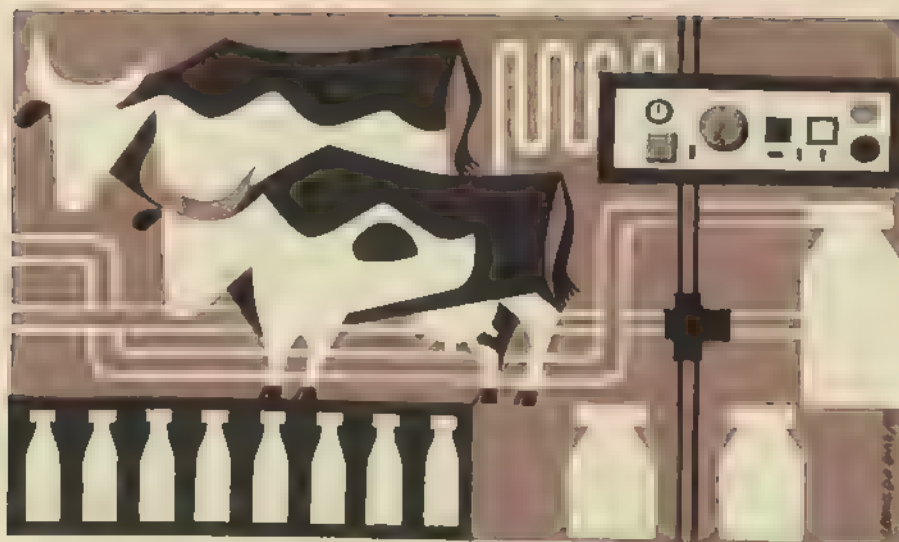
ACONTECIMIENTOS
CITADINOS











O ACTO DE POSSE DA COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE LEITE À CAPITAL

No gabinete da presidência da Câmara Municipal foi dada posse à Comissão de Orientação do Abastecimento de Leite à Capital pelo sr. tenente-coronel Salvação Barreto.

Após o acto da investidura o presidente da edilidade atentamente ouvido, proferiu as seguintes palavras:

Meus Senhores:

Antes de dar posse à Comissão de Orientação do Abastecimento de Leite criada pelo Decreto n.º 41 772 de 4-8 dezojo enlertegar ao Governo as felicitações que lhe são devidas pela providência legislativa que criou esta Comissão e que representa novo passo decisivo para a melhora das condições de abastecimento de leite à Capital. As minhas felicitações dirigem-se, designadamente, aos Senhores Ministros de que dependem os técnicos ilustres que aqui representam os Departamentos oficiais interessados a cujos altos dirigentes também a Câmara Municipal agradece a colaboração notável que

nesta fase da já demorada e caprichosa evolução do problema que aqui nos reúne mais uma vez, não foi negada mas afirmada por uma evidente e prática forma de servir o propósito de que todos estamos animados.

Após tantas e tão variadas circunstâncias que ao longo de largos anos sempre mais ou menos influíram e desviaram do caminho as soluções estudadas e desejadas para o problema, aqui estamos, finalmente na decisão de aplicar os nossos esforços constantes a uma nova fase dos nossos trabalhos. E desta vez já em condições de antevermos o último traço da caminhada.

A constituição desta Comissão é, todavia, uma bela prova de entendimento para a coordenação desejada e estou certo de que não será porque já estamos no fim ou próximo dele que falharão as vontades. Certamente vamos todos pôr o último esforço ao serviço da ideia que perseguimos há tantos anos, a lutar contra os que não sabiam ou não queriam, a resolver dificilmente dúvidas ou desentendimentos entre os que conheciam os problemas e, talvez, por isso mesmo, entendiam prudente descrever dos homens.

Tudo, porém, já lá vai e agora, como disse, estamos no fim da viagem.

Mas o velho rifão não desmereceu ainda no crédito geral e será esta talvez por ser a derradeira, uma fase difícil de vencer.

Não farei a história do empreendimento nem insistirei sobre as responsabilidades que o Estado quis assumir com a Câmara ao instituir este órgão orientador.

Mas não posso dispensar-me de acrescentar às palavras de incentivo e de confiança no êxito dos trabalhos da Comissão uma outra palavra de prudência que a responsabilidade que pesa sobre todos nós impõe. E é a seguinte.

Com a produção e o consumo por fases extremas, o ciclo do abastecimento do leite compreende, necessariamente, a recolha e a distribuição, imediatamente antes e depois da pasteurização.

Sabemo-lo nós mas necessita o público de sabê-lo também que este conjunto, estruturalmente interdependente, está ligado por vínculos de tal maneira apertados que o sistema só poderá funcionar quando cada uma destas fases tiver atingido o necessário nível de eficiência.

Só é pasteurizável o leite que a produção entregar em condições de a Direcção-Geral dos Serviços Pecuários o considerar próprio para esse fim e só será, portanto, aceite na Central aquele que merecer essa aprovação.

Não basta, porém, que a produção se encontre em condições de apresentar leite pasteurizável.

36 Entre o local da entrega e a Central situa-se uma rede de recolha que tem de exercer a sua função com rapidez e em termos de não prejudicar, para além do inevitável, a qualidade do produto que lhe foi entregue.

A pasteurização divide, porém, o ciclo em duas fases distintas pela natureza dos factores que as dominam.

Enquanto na primeira parte são os problemas técnicos que sobrelevam no funcionamento do sistema, na distribuição é, sobretudo da organização que depende a eficiência do abastecimento.

Se a segurança final da acção depende necessariamente, da forma como se processarem as varias operações ao nível de cada uma das fases do ciclo, é evidente que a decisão de marcar o inicio do abastecimento depende unicamente da garantia, que a Câmara não dispensa de tudo se encontrar pronto para o adequado desempenho da função que cabe a cada um dos escalões.

É por isso que ao dar posse à Comissão de Orientação do Abastecimento de Leite, desejo salientar o propósito de a Câmara se firmar, com toda a segurança, no resultado de uma última revisão de conjunto, que a prudência aconselha e a gravidade do empreendimento exige.

Termino, declarando empossada a Comissão de Orientação do Abastecimento de Leite.

Segundamente falou o sr. dr. José Fimilano da Costa, chefe de repartição da Direcção Geral dos Serviços Pecuários e seu delegado na Comissão que disse

Como delegado da Direcção Geral dos Serviços Pecuários gostaria, neste acto, de dirigir a V. Ex.^a uma palavra que traduzisse com sufficiente clareza o pensamento dos Serviços que represento.

Antes de mais nada — e antepondo o que é funcional áquilo que de individual e muito particular eu gostaria agora de dizer — desejo reafirmar a V. Ex.^a que a colaboração da Direcção-Geral dos Serviços Pecuários se encontra, como sempre impregnada da mais construtiva intenção, repassada do mais profundo entusiasmo e fundada no mais devotado anseio de contribuir para a solução de um problema que nos tem visto envelhecer e que já nos tem mesmo duramente experimentado.

Mas tudo talen a pena, quando ao cabo de vinte anos, após os primeiros estudos realizados pela Direcção-Geral dos Serviços Pecuários, sob o impulso do dr. Rafael Duque, vemos chegado o momento de percorrer a tirada final que nos vai conduzir ao desejado termo dos nossos esforços.

Curta é a existência dos Homens para que na vida de um só, ou numa só geração, possa ser percorrida toda a senda em que por vezes há-de conter-se a evolução de um só facto social.

Mais curta ainda é a memória dos que só assistem à chegada, sem que a vista lhes permita envergar na bruma dos tempos ou na poeira do tropel da agitação o caminho que os outros já esforçadamente percorreram.

Vem de ha perto de cem anos a actividade veterinária no exercicio de funções relacionadas com a produção e o melhoramento da qualidade do leite. Mas ainda hoje, reforçados os meios de acção e ampliados os conhecimentos se mantém imutáveis na indestrutível rigidez, que só as verdadeiras verdades possuem, os objectivos que então se prosseguiram.

Hoje, como no princípio, o problema do leite é e continuará a ser um problema da saúde humana, um problema da alimentação do homem, e para além de tudo o mais, um problema fundamental da economia agrícola.

E em todos estes aspectos é tal a interpenetração existente, em termos de lógica e de realidade vital, que só por disciplina mental, ou por sábias abstrações, o pensamento e a acção conseguem isolar campos de actividade ou extremar zonas de aplicação de esforços.

O problema do leite, reduzido à sua expressão mais extensiva, traduz-se muito simplesmente na necessidade de beber leite.

Beber leite para melhorar o regime alimentar, para assegurar o desenvolvimento das crianças, para trazer ao homem os factores fundamentais de equilíbrio e de valorização da maior parte dos restantes alimentos.

Para beber mais leite não basta porém o conselho, nem muito aproveita a propaganda por mais intensamente que esta se realize, é preciso acima de tudo, que o leite seja apetecido, que o leite seja são isto é, que não constitua um risco nem uma causa de repugnância.

A sanidade do leite começa porém irrecusavelmente no próprio animal produtor. Foi por aí que se orientou portanto o esforço silencioso e persistente da Direcção-Geral dos Serviços Pecuários. Foi para isso que até agora a Direcção-Geral dos Serviços Pecuários mandou abater muitos milhares de vacas tuberculosas. E foi por isso, também, que o nosso País se pôde colocar agora ao nível atingido pelos que nessa matéria mais cedo começaram, ou mais alto se collocaram.

A tuberculose dos bovinos leiteiros, é pois hoje um problema dominado.

Neste caso como em tantos outros na base da produção de leite saudável encontra-se sempre a vigilância das autoridades veterinárias.

Dai para diante tudo consiste em não conspurcar, ou contaminar, o que já foi sanitariamente bem produzido.

Tudo o que segue são cuidados de higiene e aceleração das operações, para lutar contra o tempo ou contra o calor, que actuam como multiplicadores impiedosos de tudo o que pos a constituir factor de redução de poder de conservação do leite.

Só depois de assegurada a produção de leite sã e limpo se poderá, como segurança e justa causa, insistir pelo aumento do consumo.

As nossas capitações são verdadeiramente baixas. Andam por um décimo do que seria desejável, mas para as aumentar basta que resolter o duplo problema da segurança e da desejabilidade.

Ora o consumidor é realmente quem tem a última palavra quando se trata da escolha dos alimentos, o leite tem por isso de lhe agradar, pelo sabor, e de o satisfazer no tocante à confiança sanitária que lhe deve merecer.

38 *Resolvido o problema da qualidade resta aplicar o remédio utilizado em toda a parte, para angariar novos consumidores de leite. Basta que os nossos esforços se dirijam agora para as crianças.*

Foi exactamente por isso que, logo no começo da Campanha iniciada pela Direcção-Geral dos Serviços Pecuários em 1955 estabelecemos os primeiros contactos com o sr ministro da Educação Nacional para se iniciar a distribuição gratuita de leite nas escolas. Para isso era porém necessário despende verbas de que ninguém chegou a poder dispor.

É vale a pena recordar que foi o sr subsecretário de Estado da Educação Nacional quem, na sua visita à exposição da Direcção-Geral dos Serviços Pecuários, levantou com a sua autoridade de médico, o problema do embaatecimento do custo da operação pelo emprego de leite com teor butíroso com o qual se poderia manter intacto o efeito de correcção em proteínas e sais minerais (1) que não pode então ser feito muito gostaríamos agora de ver realizado.

Dai para cá todo o nosso esforço se tem orientado no sentido do melhoramento da qualidade do leite, actuando junto dos produtores em perto de 58 000 intervenções na zona de Lisboa em trabalhos de vulgarização, e examinando o leite em mais de 390.000 análises e outras provas de apreciação.

Tudo valen a pena por termos afinal conseguido chegar ao momento de poder dizer, sem alarde que dos 30 milhoes de bacterias por cm³ que o leite continha há cerca de 20 anos, passámos a poder dispor de um produto pasteurizavel, em quantidade sufficiente para fazer funcionar a Central sem que o teor microbiano constitua já qualquer impedimento.

Ultimamente desde Abril e em regime de ensaio intenso foram já pasteurizados 522 000 litros de leite provenientes de Loures, e 421 000 vindos de Mafra, com resultados plenamente satisfatórios.

Os ensaios realizados nesta última Cooperativa, deram-nos mesmo a convicção de que, só naquela area cerca de 60 % do leite será seguramente pasteurizável logo de início.

Noutras Cooperativas como Cascais e Oeiras, os efeitos da Campanha embora muito compensadores, têm a limita-los a exiguidade da produção, que pouco pesa no abastecimento da Capital.

Mesmo assim gostaríamos de referir que Cascais chegou a produzir cerca de 90 %, de leite de boa qualidade e foi em Portugal, a primeira Cooperativa a pagar o leite pela qualidade hygienica com observância dos preceitos legalmente indicados pela Direcção-Geral dos Serviços Pecuários.

Ultimamente em Sintra, os ensaios embora iniciados há pouco tempo, permitem nos esperar que aquela Cooperativa possa acompanhar as outras no papel que lhe cabe desempenhar no abastecimento de leite de qualidade para o consumo de Lisboa.

Peço licença a V. Ex.^a para salientar neste momento, o apoio franco, decisivo, verdadeiramente construtivo e serviente dedicado que a Junta Nacional dos Produtos Pecuários nos concedeu e sem o qual, muito menos nos seria dado fazer, e pelo qual se tornou credora do nosso maior apreço e gratidão.

Para V. Ex.^a, senhor presidente, resta-me oferecer-lhe um passado de acção como garantia de um futuro apoio — de communhão de interesse e de entusiasmo, de indestrutível vontade de continuar, honrado pela presença de V. Ex.^a e pela sua inestimável acção, uma tarefa que em nada se distingue daquellea que para bem do abastecimento de Lisboa, há muitos anos estamos tentando realizar.

De regime em regime, — pois já ja de 1865 a actuação veterinária em matéria de produção e abastecimento de leite — de Governo em Governo e de diploma em diploma, encontra V. Ex.^a os veterinarios da Direcção-Geral dos Serviços Pecuários a de-bravar o duro terreno da acção concreta na aspereza das lutas ignoradas com a natureza e com os homens, na ansiedade de fazer melhor e, quantas vezes, na angustiosa tortura de não atingir.

Numa palavra, na jûta que tem sido que é e será sempre, a própria essência da vida ao serviço da Nação.

Por ultimo o sr. Dr. José Sales Gomes, como presidente da Comissão empossada, proferiu um breve impromptu agradecendo ao sr. tenente coronel Salvação Barreto ter presidido à cerimonia e a sua nomeação como delegado da Câmara Municipal.

Depois de salutar a competencia dos seus colegas da Comissão, afirmou o proposito de todos trabalharem no sentido de serem plenamente atingidos os fins em vista.

★

A Comissão de Orientação do Abastecimento de Leite é constituída por

Médico-veterinario dr. José Sales Gomes, chefe da 1.^a Repartição da D. S. A., delegado da Câmara;

Médico dr. Bernardino Alvaro Vicente de Pinho, delegado da Direcção-Geral de Saúde;

Médico-veterinario dr. José Emílio da Costa, delegado da Direcção-Geral dos Serviços Pecuários;

Engenheiro-agronomo Visco Fronti, delegado da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas; e,

Médico-veterinario dr. Hildefonso Tito Gomes Barbosa, delegado da Junta Nacional dos Produtos Pecuários,

40 servindo o primeiro de presidente, nos termos do § 1.^o do artigo 4.^o do Decreto-Lei n.^o 41.772, de 4 de Agosto último.

Posse da Comissão em 26 de Setembro.



LARGO DO CHAFARIZ DE DENTRO

Pintura a óleo por Robert

O Plano do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos

(Continuação da pág. 28)

Tratando-se da originalidade das culturas portuguesas com vista à actualização do programa do Dr. Leite de Vasconcelos, não podemos esquecer as manifestações artísticas pré e proto-históricas, cuja unidade é suficiente para impor uma continuidade cultural no Ocidente Peninsular^(*).

Em Portugal não se encontram manifestações artísticas correspondentes às fases cantábrica e levantina, as representações artísticas pré-históricas conhecidas entre nós, pertencem todas a uma época tardia na maior parte já dos fins do eneolítico ou mesmo da época do Bronze.

Interessante é verificar que a sua distribuição geográfica não se estende a todo o País, concentrando-se principalmente, na região nortenha, norte do Douro e entre Vouga e Mondego, ao sul deste rio vão rareando, aparecendo um ou outro exemplo isolado na região do Alto Alentejo^(**). Para uma melhor apreensão do panorama artístico pré e proto-histórico dividiremos as várias manifestações nos quatro grupos seguintes:

1.º — *Pictografias em abrigos e pinturas em dólmenes* Não são muito numerosas nem notáveis sob o ponto de vista artístico as nossas pinturas neo-eneolíticas ou, possivelmente, algumas já da época do Bronze. São interessantes, porém, alguns exemplares pelo sentido simbólico ideográfico, com as bem conhecidas pictografias de Cachão da Rapa (Trás-os-Montes) e Pala Pinta (Linhares), as de Valdejunco no abrigo da Nossa Senhora da Esperança (Portalegre) seguem um padrão mais realista.

Ao lado destas pictografias, vários dólmenes da região montanhosa do centro e do norte do País, apresentam pinturas, geralmente no interior dos esteos. Entre outros, citam-se Anta do Padrão na necrópole de Baltar (Minho) com linhas serpentiformes, entre as quais se esboça uma figura humana, necrópole de Sales (Trás-os-Montes) estudada por José Fortes, necrópole de Côta (Viseu), cujas pinturas o Professor Mendes

(*) É esta tradição artística ténua tão profundamente enraizada na alma portuguesa que mesmo para além dos domínios romano e árabe que, de certo modo influenciaram os naturais com formas artísticas mais requintadas, a mesma rudeza e sinceridade expressiva irmana todas as obras de arte de verdadeira tradição nacional, qualquer que seja a sua distância no espaço e no tempo. A mesma rude mas firmeza que caracteriza as estátuas dos guerreiros calaco-lusitanos tem imposto os painéis de Nuno Gonçalves como obra nacional, marca as esculturas miguelangelescas de um Alejandrinho e intemporaliza os vigorosos baixos-relevos de Francisco Franco.

(**) Notar que as manifestações artísticas rupestres na sua distribuição coincidem mais ou menos com a distribuição da cultura dos dólmenes dos machados calaco-portugueses e com a cultura castreja que, até certo ponto, se correspondem geograficamente.

Correia relaciona com o ídolo eneolítico dólmen de Zedas (Carraceda de Aniciães) e Paia de Moura (Vilarinho de Castanheira) ambos na região transmontana dólmen da Queiriga (concelho de Sátão) explorada por Leite de Vasconcelos, etc.

2.º — *Insculpturas, petroglifos ou gravuras rupestres* — É este sem dúvida, o grupo mais largamente representado em Portugal e que abrange todo o período que vai do eneolítico à Idade do Ferro. Os motivos predominantes são os círculos concêntricos, covinhas, espirais, não raro a figura humana muito esquematizada, a representação do sol e muitas outras figuras de difícil identificação. O seu domínio territorial coincide, mais ou menos, com o das pinturas, aparecendo com mais frequência na província de Trás-os-Montes (petroglifos do Vale de Avelanhes em Alvão), insculpturas do Outeiro Machado (nas proximidades de Chaves), a «fraga» das ferraduras em Lanhães, com sinais alfabético-fonéticos (segundo Santos Júnior). No Minho avultam as insculpturas de Lameelas, descritas por Abel Viana. Na região beirã Alberto de Sousa descreve as insculpturas da «Fraga das Ferraduras» de «Fornos de Moiros» e do «Outeiro dos Riscos», Santos Rocha as «Ferraduras pintadas», na região de Lafões e Leite de Vasconcelos refere-se nas *Relíquias da Lusitânia* a várias insculpturas na região de Setúbal.

Para o sul rareiam, avultando como grupo mais notável as insculpturas dos «Rochedos gravados», em Santa Rita do Campo (Arraiojos) com representação antropomórfica e petroglifos em forma de cruz, descritas por Virgílio Correia, próximo de Pavia, na Herdade da Iera, explorei em 1952 um dólmen com um megálito atravessado à entrada da porta decorado com vários petroglifos.

É difícil distinguir as insculpturas eneolíticas e possivelmente do Bronze das da época do Ferro, muito numerosas na região castreja do norte, a não ser por apresentarem nesta última fase, uma simbologia mais complicada em que, além das representações astrais, aparecem os trísceles e tetrásceles, figuras que persistem nos monumentos sepulcrais lusitanos-romanos.

Interessante é ainda a importante colecção de tampas sepulcrais insculptadas, provenientes do Baixo Alentejo e cuja cronologia (Idade do Bronze) é determinada pela tipologia das armas nelas representadas. Estes monumentos obedecem a uma temática diferente, não tendo qualquer relação com os anteriores.

3.º — *Monumentos escultóricos* — O Museu Etnológico possui uma colecção de esculturas eneolíticas e proto-históricas que, na sua rudeza granítica e arcaizante, oferece uma unidade surpreendente.

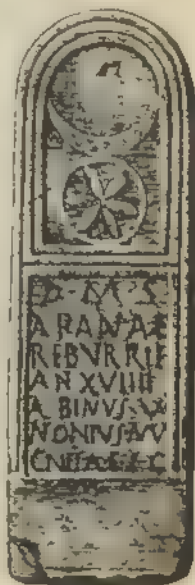
Entre o grupo mais antigo talvez eneolítico podemos incluir as figuras antropomórficas e zoomórficas dos dólmenes de Alvão, apesar da sua cronologia muito contestável e o grupo de estátuas graníticas, de trabalho muito sumário, relacionadas por Leite de Vasconcelos com a cultura dolménica por se encontrarem nas suas imediações (o megálito da entrada da Orca da Cunha Baixa no concelho de Mangualde, decorado com sulcos horizontais, o grande megálito rectangular de Paredes de Coura decorado com uma série

de rectângulos inclusos, o ídolo antropomórfico proveniente da Serra da Boalhosa, no Alto Minho as tres cabeças antropomórficas provenientes uma do Crato e duas do concelho de Moncorvo e a estela da Esperança encontrada por Breuil nos arredores de Portalegre).

Ainda que revelando tecnica mais apurada e uma concepção artística mais exigente existe um ar de família notável entre os rudes megálitos eneolíticos citados e o grupo escultórico dos gaerreiros galaico-lusitanos suficiente para pôr de parte a tese da origem ibérica destes ultimos defendida por Gimpera levado pela necessidade de confirmar a tese da invasão ibérica no século III ponto de vista inteligentemente criticado por Félix Alves Pereira (24) que os identifica perfeitamente com a cultura castreja.

Com esta cultura relacionam-se ainda as esculturas graníticas dos herrões da região transmontana cujo significado tem preocupado os arqueólogos portugueses e espanhóis.

4.° — *Jóias* — Notável é a colecção de jóias que possuímos, remontando à época proto-histórica e lustrano-romana (xarcas pendentis pulseiras diademas etc.) de cobre prata ou ouro. A sua decoração constituída por triângulos e zigzagues sugere os ídolos placas de xisto eneolíticas e identifica-as pela concepção geométrica-esquemática com as outras manifestações artísticas da mesma época.



A Lusitânia situada numa posição excêntrica e pouco acessível e além disso sem grandes riquezas apetecíveis foi das províncias mais superficialmente romanizadas de todo o Império. Mesmo atendendo aos estragos provocados pelas invasões posteriores e pela acção do tempo os vestígios deixados pelo povo romano não se impõem nem pela abundância nem pela qualidade. Na maior parte dos casos traem um fabrico local sob a influência das novas formas e novas técnicas trazidas pelos dominadores, quando não se verifica simplesmente a persistência das indústrias indígenas anteriores que resistem e se desenvolvem paralelamente aos novos modelos introduzidos, como no caso especial da cerâmica.

(24) Arq. Port., vol. XIII, págs. 202-244, vol. XX, 1-6.

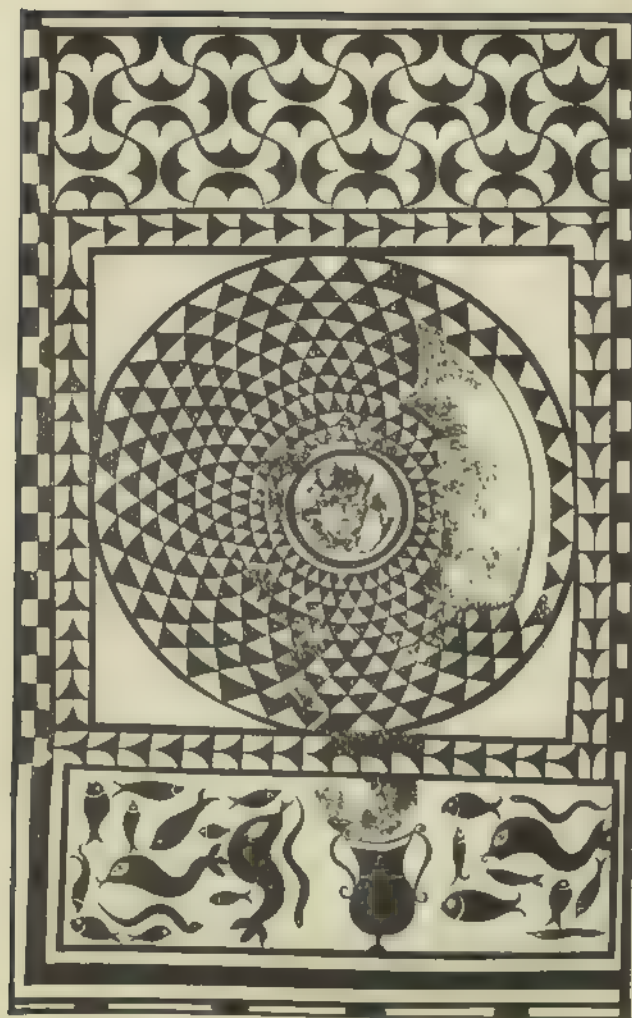
Apesar da indiscutível importância que temos de atribuir ao domínio romano (século II a. C. — século V d. C.) nos destinos da população da Península, a continuidade cultural e étnica dos Lusitanos mantém-se, mercê da fusão das duas populações em presença que dá origem à cultura mista lusitano-romana, expressão que traduz, com precisão, o fenómeno. Não lhe podemos negar um impulso civilizador profundo sobre as atrasadas populações indígenas, mas, através das novas técnicas introduzidas, dos quadros administrativos e guerreiros de modelo essencialmente latino, de um maior aparato no viver, de uma revolução na mentalidade pela introdução de novas crenças e de certas normas desconhecidas dos semi-selvagens dos castros, persistem as velhas raízes tradicionais nos costumes, nas crenças, nos nomes de locais, nos nomes próprios e de divindades.

Assim, não tendo atingido o espírito do povo, o domínio romano, concorreu muito ao contrário para a maior coesão das populações do Ocidente peninsular impondo-lhes a mesma língua, o culto comum das divindades pagãs e facilitando a sua aproximação pela construção de uma rede de estradas notável e pela construção de pontes que, facilitando a transposição dos rios, tornaram fáceis os contactos entre as populações.

Além disso, a influência romana não se faz sentir igualmente em todo o País. Foi mais intensa no centro e sul, onde fundaram as principais cidades e centros de exploração agrícola (*villae rusticae*), do que na região montanhosa do norte menos acessível e, por isso, com uma população menos aberta às influências estranhas. Na maior parte dos casos observa-se apenas uma transposição das velhas povoações castrejas para o sopé dos cabeços amuralhados por imposição dos dominadores romanos, persistindo, porém, as populações anteriores.

Menos profundas foram ainda as influências germânica e árabe sobre as populações do ocidente peninsular. Os primeiros, portadores eles próprios de uma cultura mista, conservaram-se, durante algum tempo, devido a divergências religiosas, refractários a qualquer ideia de fusão. Uma vez, porém, permitida a assimilação, esta fez-se com a supremacia racial do elemento hispano-romano muito mais numeroso do que o invasor germânico. A expressão hispano-goda por que se costuma designar a cultura que resultou desta fusão, pretende traduzir um equilíbrio que está longe de corresponder à realidade dos factos.

Os árabes, ainda que tivessem exercido uma influência cultural mais profunda, principalmente no sul do País, onde o seu domínio foi mais prolongado, não provocaram grande alteração étnica, pois que, ao contrário do que aconteceu com os dominadores germânicos, a irredutibilidade religiosa entre cristãos e muçulmanos, não permitiu uma fusão sistemática. O contacto cultural entre as duas populações que viveram no mesmo território durante séculos, à margem uma da outra, foi possível mercê desses elementos intermediários que, por imposições materiais ficaram na fronteira das duas populações inimigas — os *moçárabes* e, mais tarde os *mudejares*. Foram eles os principais veículos da influência árabe sobre as artes, a técnica e até sobre a língua e mentalidade dos povos hispânicos.



Pondo de parte por inverosímil a tese do enraizamento total da região de Entre-Douro-e-Minho a população que habitava a região de Entre-Douro-e-Minho e Montego, quando no século VII se fundou a nacionalidade ligava-se às populações romanas e pú-romanas da mesma região nas províncias do Sul posteriormente anexadas pela Reconquista: essa mesma continuidade foi assegurada por um lado, pelo elemento *moçárabe* que fomos encontrar nas mesmas terras dos seus antepassados e, por outro, pela descida das populações nortelias que foram acompanhando o avanço dos cristãos para o sul, mercê da política de fixação mediante a concessão de cartas de foral pelos nossos primeiros reis.

Alcançada a independência política e expulsos definitivamente os muçulmanos das fronteiras portuguesas a nossa tendência marítima, já esboçada desde as épocas pré-históricas, vai definir-se, opondo-nos, tãozmente como nação independente à restante Espanha.

Aos elementos mouriscos que depois da expulsão dos seus irmãos de raça permanecem entre nós na situação de trabalhadores rurais ou de escravos vem juntar-se uma nova onda de sangue europeu de Alta Pirâmide quer em consequência dos contratos firmados entre os nossos soberanos e os cruzados que se dirigiam à Terra Santa e que nos auxiliaram na expansão do islamita de algumas praças portuguesas quer directamente como colonizadores nos primeiros tempos da monarquia.

Até finais do século XV processa-se a nossa unidade numa oposição cada vez maior às restantes populações hispânicas, acentuada pela crise da dependência de 1383-1385 e pelas conquistas do Norte de África e as descobertas das primeiras Ilhas Atlânticas.

No século XVI porém, novo abalo vem ferir profundamente a continuidade antropológica e cultural da população portuguesa. Os Descobrimentos pondo-nos em contacto com povos de raças, credos e costumes diferentes deram origem a uma dupla influência: a que exercemos sobre as populações indígenas, levando-lhes a nossa língua e a nossa religião e a que recebemos em troca com a entrada de elementos exóticos que vieram enriquecer e abastardar o património nacional. Além da miscelagem étnica processada, não só como meio de adaptação dos portugueses às regiões tropicais mas também como única forma de manter o equilíbrio populacional da própria Metrópole onde a população diminuía assustadormente sacrificada nas viagens a influência na cultura e na mentalidade portuguesas, principalmente nos meios urbanos foi sem dúvida das mais profundas da nossa longa História.

46 O contacto com os povos do Oriente — persas, indus e chinas — habituados a um luxo desconhecido dos ocidentais altera profundamente as nossas tradições e modos de vida. A alimentação é enriquecida com elementos exóticos e tornadas acessíveis as especiarias, entram no uso comum a mesma sumptuosidade reflecte-se no vestuário

onde, além dos ricos veludos, lhamas e cetins que compravamos na Flandres e na Itália com o dinheiro das especiarias, banalizaram-se as sedas e os brocados orientais, a população torna-se exigente e rodeia-se de conforto e grande aparato tornando-se vulgares, nos interiores portugueses do século XVI, os tapetes persas, as colchas da Índia e as loiças da China.

Depressa estes elementos exóticos são assimilados pelos nativos que, por sua vez, impõem os seus gostos aos artífices indígenas. Desta fusão notável principalmente no aspecto artístico, nasce essa interessante corrente artística denominada *Arte indo portuguesa*, ricamente documentada nas nossas artes decorativas dos séculos XVII e XVIII, (cerâmica, mobiliário, bordados, ourivesaria, etc.).

A influência cultural do Brasil e da África Negra, devido ao estado de atraso em que se encontravam essas populações, não foi tão notória sendo, porém, profunda a miscigenação racial com elementos das duas origens. No entanto, já não referindo as interessantes esculturas tão representativas da nossa presença na África Equatorial, no capítulo dos costumes, alguma coisa aproveitamos do seu contacto: influências na alimentação, certos costumes (uso das redes de descanso, o costume de trazer em casa pássaros engaiolados, etc.).

A partir do século XVI, não mais se deixa de fazer sentir na cultura portuguesa a influência dos povos com que contactamos ou que colonizamos e, lentamente, algumas das suas manifestações foram se introduzindo e arraigando nos costumes, acabando por se tornarem profundamente nacionais: tal aconteceu por exemplo com as colchas de Castelo Branco, e os tapetes de Arraiolos — estes últimos de inspiração batida nos sumptuosos tapetes persas.

A corrente de rude fibra tradicional, resistiu, porém, a esta onda de elementos exóticos, principalmente fora dos centros urbanos cosmopolitas, e sobrepondo-se-lhes conseguiu criar o aparato barroco no século XVIII, da melhor tradição portuguesa, ricamente representado na arquitectura, nas artes decorativas — talha, ourivesaria, azulejos — na pintura religiosa e na escultura ingenua dos barristas de Alcobaça e dos presepios setecentistas.

A facilidade de contactos entre as populações, devido à revolução operada nos meios de comunicação no decorrer dos séculos XIX e XX, tem-se mostrado verdadeiramente desastrosa no que respeita à integridade da cultura portuguesa.

Ignorantes do nosso valor e das nossas tradições, com uma facilidade de adaptação aos costumes dos outros que nos ficou certamente do cosmopolitismo a que nos forçaram os Descobrimentos, temos nos entregado a uma imitação lamentável de tudo quanto é dos outros o que profundamente mescla as nossas obras literárias e artísticas dos últimos cem anos. Por um sentimento de oposição radical contra a Espanha, aproximámo-nos demasiadamente da França cuja influência no século XIX e princípio do

século xx, vai até à imitação escrava. Daí a fraqueza de convicção que caracteriza grande parte das obras literárias e artísticas dessa época — exceptuando-se porém raras e excepcionais criações que tiveram a atestar que o veio tradicional não estava perdido e que é sempre tempo de regressar ao lar profanado.

Não quero chegar ao ponto absurdo de defender o desprezo pelo que as nações mais civilizadas do que nós têm criado. O progresso não se faz dentro de muros fechados, mas nasce do entrechoque de várias influências. O valor de cada povo estará, porém, no modo e força de reagir a essas influências, sabendo adaptá-las à sua sensibilidade, marcando-as com o cunho da sua personalidade — tornando, então, próprio o que era alheio, sem se deixar arrastar por uma simples imitação passiva.

III

ACTUALIZAÇÃO DO PLANO DO MUSEU ETNOLÓGICO DO DR. LEITE DE VASCONCELOS

Não creio que o visitante comum, ao percorrer a longa galeria do Mosteiro dos Jerónimos que serve de sala de exposição ao Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, apreenda a lógica que presidiu à concepção do seu programa, o seu significado e, muito menos, surpreenda o fundo ético e cultural comum entre os portugueses actuais e os povos que nos antecederam na região ocidental da Península. Ao contrário do que pensava Leite de Vasconcelos — para quem, na apresentação das colecções, impunha-se principalmente respeitar o método científico da classificação e arranjo, de modo que os objectos falem — por assim dizer — mais à inteligência do que aos olhos (*) — o último meio século de estudo e aperfeiçoamento dos problemas museográficos, vieram demonstrar que, para o visitante comum, os objectos chegam à inteligência através dos olhos. Devido, porém, às próprias deficiências do edifício — sem condições museográficas de espécie alguma — problemas de espaço, impossibilidade de divisórias, nem mesmo sob o ponto de vista científico, Leite de Vasconcelos conseguiu uma adaptação perfeita das colecções ao seu esquema.

Neste capítulo não me vou referir às exigências a que deve obedecer o edifício do novo Museu Etnológico — assunto que, no momento, perdeu a oportunidade — mas não quero deixar de esboçar as linhas gerais de um plano de adaptação das colecções ao esquema de Leite de Vasconcelos, no sentido de uma melhor realização do significado pedagógico-social daquela importante Instituição.

(*) Arq. Port., vol. III, págs. 113-115.



Figure 10. The inscription on the wall of the tomb of the Prophet Muhammad (PBUH) in Medina, Saudi Arabia.



Essas que comẽ breueme
 ho q̃ todo christão deue ap̃rẽder
 pera sua saluaçam, A qual etres
 dem J̃o anterceiro d'este nome
 no tempo de invidou imponer
 ẽ lingua Tamil e Portugues
 co ha dectaraçam do Tamil por
 cuna de venhoço.

Nesse sentido, tendo em consideração o programa de Leite de Vasconcelos e sujeitando a adaptação das colecções a um critério rigorosamente didáctico-científico, passarei a indicar um certo número de princípios gerais, respeitantes ao Museu no seu conjunto para depois me ocupar do caso especial de cada uma das secções.

Princípios gerais:

1.ª — Coexistência das três secções fundamentais — Arqueológica, Etnográfica e Antropológica — em conexão estreita de modo a realizar um conjunto com unidade.

2.ª — As secções complementares — Arqueologia estrangeira e Etnografia e Arte Indígenas (1) — ainda que ocupando uma situação independente para evitar confusões, devem contudo estar em comunicação franca com as secções principais com as quais estão relacionadas.

3.ª — A colecção numismática (constituída por moedas, medalhas e tesseras) a colecção de monumentos epigráficos e a das moas integradas na secção arqueológica devem ser apresentadas em recintos independentes por se tratar de espécies que exigem condições museográficas especiais.

4.ª — A conexão entre a Secção de Arqueologia e a Secção de Etnografia deve ser reforçada pela organização de pequenas colecções constituídas por espécies através das quais se possa seguir a evolução das formas em todos os tempos, para que melhor realce o elo de ligação entre as indústrias pre-históricas e as actuais, a persistência de costumes, mentalidade religiosa, etc. Entre outras sugerimos as seguintes (2):

Uma colecção demonstrativa da evolução da cerâmica, desde os modelos neolíticos até à cerâmica actual de carácter popular.

— Uma colecção constituída por instrumentos belicosos de forma a estabelecer um exame comparativo entre as armas usadas em todas as épocas na terra portuguesa.

— Uma colecção constituída pelos diferentes modelos de luminárias desde o das lucernas até às actuais candelas usadas pelo povo.

— Uma colecção de ex-votos e de «almirolhas» significativa da persistência da mentalidade religiosa pre-histórica nos costumes do povo português actual.

— Uma colecção significativa da evolução das sepulturas.

5.ª — Selecção rigorosa das espécies para compensar a extensão do plano e realçar o seu significado. Apenas devem figurar nas salas de exposição colecções ou objectos de real valor histórico ou etnográfico ou que se imponham pelas suas qualidades estéticas.

(1) Por razões óbvias, signifi- caria a antiga Secção de Etnografia e Indígena, Secção de Etnografia e Arte Indígenas.

(2) Algumas destas colecções se encontram organizadas no Museu Etnológico de Belem, porém devido à falta de condições museográficas, a sua unidade perde-se no conjunto.

Estas, porém, só são atendíveis, se o objecto em questão se conformar com o significado do Museu. Todas as espécies que não estejam nas condições requeridas, devem passar às salas de estudo ou aos depósitos, conforme o seu interesse o exigir.

1. SECÇÃO DE ARQUEOLOGIA

1.º — A distribuição das colecções ou objectos deve basear-se num critério cronológico de evolução das culturas de acordo com o quadro clássico, actualizado por Breuil, no que respeita ao Paleolítico e adaptado ao caso português.

2.º — Apresentação das colecções de forma a realçar a linha evolutiva nunca quebrada através das diferentes épocas e culturas, dando realce às culturas mais individualizadas do território português.

3.º — Completar e tornar mais vivas as colecções, por meio de quadros que representem a reconstituição de ambientes ou ocupações, de mapas com a distribuição geográfica das indústrias e das culturas, de desenhos explicativos das diferentes técnicas utilizadas e respectiva evolução, de reconstituições demonstrativas de processos de encabamento ou outras reconstituições que se imponham para uma melhor compreensão dos objectos que se encontram expostos, de «gallery books» com esclarecimentos sobre as diversas colecções colocadas nas salas respectivas, de maquetas de monumentos, plantas de estações e monumentos, etc.

Obedecendo a estes requisitos, propomos o seguinte esquema de distribuição das colecções arqueológicas:

Paleolítico e Mesolítico:

1.º — Estes dois períodos arqueológicos devem constituir uma unidade, traduzindo assim a ligação existente entre ambos no nosso território.

2.º — Subdividir o paleolítico nos períodos clássicos (*inferior, médio e superior*) e classificar as indústrias no que respeita aos dois primeiros períodos em *infaciais* (abevilense, acheulense e micoquense), *unifaciais* (clactonense, tautense e levalloisense) e *mistas* (mustierense) respeitando a cronologia relativa existente entre elas.

3.º — Estabelecer a ligação entre o paleolítico superior (aurignacense, perigordense, solutrense e madalenense) e o mesolítico dos «encheiros» (tardenoisense, sauve-terrense e capsense) através do período epipaleolítico (*).

(*) O Museu Etnológico possui apenas uma amostra das indústrias de Muge (esta falta, porém, está hoje remediada com a incorporação dos espécimes de Abrigo das Breas, Rio Maior) onde melhor se patenteia a cultura epipaleolítico-mesolítico-neolítico (vide cap. ant.) e com os espécimes dos «encheiros» do vale do Sado (Arcos do Sal) cuja exploração o Museu Etnológico iniciou há dois anos.

4.º — Destacar, como indústrias ou «fábricas» que, neste período, se revestiram de maior originalidade e melhor traduzem uma continuidade cultural, as seguintes:

- a) Indústrias de «estilo lusitaniano».
- b) Casal do Monte e estações congêneres.
- c) Estações das abas da Serra de Monsanto.

Neolítico:

Este período, por enquanto, não deve constituir uma subsecção à parte, pois que o *neolítico puro* do Abrigo das Bocas, situa-se no mesolítico da mesma estação, convindo, portanto, ficar ligado àquela fase cultural e a fase dolménica, classificada como neolítica, e inseparável das restantes fases da mesma cultura, devendo, por isso, entrar já no neo-eneolítico. O neolítico fica assim a constituir o elo de ligação entre o mesolítico dos «concheiros» e o eneolítico dolménico, afirmando uma continuidade cultural entre os dois períodos.

Neo-Eneolítico e Eneolítico Pleno:

1.º — Destacar, neste período, os três grandes ramos culturais

- a) Cultura central das grutas.
- b) Cultura de sudeste ou de Almeria.
- c) Cultura megalítica ocidental.

2.º — Observar, na distribuição das coleções, um critério geográfico e respeitar a evolução correlativa entre as várias culturas.

3.º — Assegurar a continuidade cultural através da cultura megalítica ocidental, à qual deve ser dada grande importância pela sua originalidade e extensão na região ocidental da Península.

As coleções dolménicas devem ser dispostas de modo a fazer realçar a sua evolução desde o neolítico (dolmens alentejanos de tipo primitivo) até às últimas fases nos alvares da época do Bronze (cistas megalíticas) (4) segundo o quadro apresentado no capítulo anterior, respeitando ao mesmo tempo, um critério geográfico de distribuição

(4) Os espólios dos «cistas megalíticos» pertencem já à época do Bronze.

4.º — Criar zonas de interferência entre as várias culturas, na sua fase mais adiantada destinadas aos espólios que traduzem fusão de culturas.

5.º — Reservar a zona terminal desta subsecção aos espólios dos povoados eneolíticos (Alentejanos e da Estremadura) de modo a estabelecer uma ligação entre eles e a cultura castreja, através das fases intermediárias, contemporâneas da época do Bronze desses mesmos povoados.

Época do Bronze:

1.º — Distinguir, neste período as duas fases peninsulares — Bronze Mediterrânico ou Cultura Argárica e Bronze Atlântico.

2.º — Tratando-se em grande parte de material avulso constituir com as várias espécies — machados, punhais, espadas, lanças, escopros, foices, cerâmica etc. — conjuntos coerentes respectando a cronologia relativa das espécies entre si e entre as várias colecções.

3.º — Assegurar o elo cultural entre este período (Bronze) o antecedente (Eneolítico) e o seguinte (Ferro) através dos espólios dos povoados estremenhos e alentejanos correspondentes.

Época do Ferro:

1.º — Considerar as duas fases — La Tène e La Tène — e a sua dupla influência — ibérica e céltica.

2.º — Dar realce especial à cultura castreja pondo em evidência as suas bases eneolíticas⁽¹⁾.

3.º — Observar um critério de distribuição geográfico-cultural de forma que os castros do sul e centro litoral do País, com nítidas influências ibéricas, ocupem uma posição intermédia entre a zona de influência ibérico-andaluza e a zona nortenha, onde a cultura castreja se apresenta em toda a sua rudeza originária e são mais profundas as influências celtas.

(1) Ao contrário de que, ao nível de muitos espólios dos povoados eneolíticos de que o Museu Etnológico é quase único detentor, os espólios castrejos do norte do País são bastante pobres. Esta pobreza é em parte compensada pela bela colecção de scutellas gráficas (guerreiros e deuses) e de grande interesse. Com as explorações mais recentes, realizadas pelo Museu Etnológico em Varamonte e no Castro da Azougada (Moura), o sul do País possui hoje, naquele Museu, uma boa representação





Arte Pré e Proto-Histórica:

Sendo os monumentos artísticos Pré e Proto-Históricos um dos conjuntos que sugere maior unidade de gestos e de processos, deve dar-se-lhes uma importância especial dentro do plano do Museu Etnológico. Sem chegar ao ponto de pedir para eles uma secção à parte, devem contudo ser apresentados, de modo a chamar a atenção para a sua originalidade e unidade (2).

Época Lusitana-Romana:

1.º — Estabelecer a ligação entre esta secção e a época do Ferro, através da cultura dos castros, grande parte dos quais sofreram a influencia romana.

2.º — Tratando-se de uma cultura que se estendeu a todo o País e que, além disso, possui espécies de valor artístico que exigem tratamento museográfico especial, a apresentação das colecções procurará harmonizar o critério geográfico e cronológico com o valor e qualidade das espécies.

3.º — Focando-se, porém, no território português durante o domínio romano, espécies de fábrica estrangeira e de fabricação indígena, e para estes ultimos que convém chamar a atenção.

Época Lusitano-Germânica e Domínio Árabe:

O critério a seguir na apresentação das colecções nestas duas subsecções obedece aos mesmos imperativos que indicamos para a subsecção IV.

Época Portuguesa:

Séculos XII ao século XVI:

Este período tem estado fracamente representado no Museu, porque, sendo grande parte das espécies portuguesas medievais consideradas obras de arte, Leite de Vasconcelos deu a primazia na sua aquisição aos museus de Belas Artes. Esta diferença não se justifica porém, tanto mais que interessando ao Museu Etnológico apenas as obras de fábrica portuguesa e de nítida inspiração nacional — nem sempre as de maior valor

(2) É importante a colecção escultórica que possui o Museu Etnológico, entre tanto não acontecendo com a colacção de pinturas e incrustadas que feitas nos esteros de domios ou em rochas, são de mais difficil transporte.

artístico, esta lacuna podia preencher-se sem grande prejuízo para aqueles. Entre as espécies medievais portuguesas que poderiam constituir esta subsecção, sugerimos as seguintes:

- a) Esculturas graníticas românicas cuja matéria e rudeza de forma as aproxima das esculturas pré e proto-históricas (baixos relevos, capitéis, etc.)
- b) Imagens dos santos medievais de inspiração popular
- c) Algumas peças de ourivesaria (principalmente peças manuais, já do período de transição, algumas das quais, porém, trabalhadas no mais puro gosto tradicional).
- d) Algumas retábulos de pintura primitiva que possuam de preferência, pormenores de interesse etnográfico — vasos de cerâmica, fogareiros, candelas, etc., também do período de transição.
- e) Monumentos epigráficos.
- f) Sepulturas⁽⁸⁸⁾.

A partir do século XVI:

Convém dar o devido relevo, nesta subsecção, à quebra cultural provocada pelos Descobrimentos marítimos — pela entrada e assimilação de grande número de influências exóticas. Há a considerar três correntes culturais:

- a) *Corrente exótica* — Constituída por espécies que entraram nos hábitos dos portugueses, revolucionando os modos de vida e influenciando o gosto nacional — tapetes persas, bordados e tecidos orientais, cerâmica chinesa⁽⁸⁹⁾.
- b) *Corrente indo portuguesa e afro portuguesa* — Constituída por espécies que resultaram da fusão das duas correntes — a nacional e a exótica. A indo-portuguesa, ricamente documentada no mobiliário (arcas, baús, cadeiras, mesas, contadores, etc.), na ourivesaria (principalmente profana) na cerâmica chamada da Companhia das Índias, colchas, etc., a segunda mais pobremente representada mas com manifestações suficientes para estabelecer a existência de interferências artístico-culturais entre portugueses e africanos. Nesta secção integrar-se-iam também as manifestações de arte portuguesa que apesar de se terem nacionalizado com o tempo traem longínquas influências exóticas. Neste caso estão por exemplo os tapetes de Arraiolos e as colchas de Castelo Branco.

(⁸⁸) Possui o Museu Etnológico uma colecção de cabeças de sepulturas medievais razoável.

(⁸⁹) Esta colecção figurara porém, como complementar, integrada na Secção de Etnografia e Arte Indígenas.

c) *Corrente portuguesa propriamente dita* — Constituída pelas espécies que, sobrepondo-se às influências exóticas, asseguram a continuidade cultural ligada às nossas tradições e às correntes europeias. No campo artístico, impera o barroco que podia ser representado no Museu pela escultura da escola de barristas de Alcobça e por presépios setecentistas, de profunda inspiração popular. Por vários espécimes das artes decorativas setecentista e oitocentista, ao gosto e interpretação portuguesa, azulejaria (principalmente os pequenos registos) (*), talha ourivesaria, cerâmica (fabricação nacional dos séculos xviii e xix, distinguindo-se, já nos finais do século xix, algumas peças de Rafael Bordalo Pinheiro inspiradas na melhor tradição nacional (**), bordados, etc. (destacando-se as da oficina de Maria Augusta Bordalo Pinheiro, etc.). Nesta secção integra-se a parte da secção de gravuras de real valor artístico que possui o Museu (Vieira Lusitano, Sequeira, etc.).

II — SECÇÃO DE ETNOGRAFIA

Não há uma separação nítida entre a Secção de Arqueologia Portuguesa e a Secção de Etnografia, além de que elas são, em parte, contemporâneas e, assim, algumas espécies tanto podem pertencer a uma como a outra.

Esta dificuldade sentiu a Leite de Vasconcelos e daí tê-las considerado secções independentes no esquema de 1893-1894 e fundidas numa só secção, no esquema elaborado em 1914 (*). Estas alterações foram certamente motivadas não tanto pela dificuldade de selecção criteriosa, mas possivelmente, pelos problemas de espaço e pobreza das colecções arqueológicas referentes à época portuguesa.

Construindo-se agora um Museu adaptado às colecções, o problema aparece, em parte, resolvido, e parece-me de toda a vantagem considerar, novamente, como independente a subsecção arqueológica portuguesa, até mesmo por razões de ordem museográfica.

A secção Etnográfica ficaria, pois, reservada às espécies e colecções de pura tradição popular que geralmente tem um valor artístico não ou muito reduzido e, raramente, contém espécies que ultrapassem o século xviii. O arcaísmo peculiar e a relativa pureza de influências estrangeiras destas colecções tornam-nas no mais forte elo de ligação entre as culturas pré-históricas do ocidente peninsular e a população portuguesa actual.

(*) A indústria do azulejo, ainda que tendo uma origem fora das fronteiras portuguesas, depressa se nacionalizou tornando-se, no decorrer do século xviii, um dos motivos decorativos mais originais da nossa arquitectura.

(**) O Museu Etnológico possui uma colecção de cerâmica portuguesa suficientemente representativa.

(*) Hist. do Mus. Etn. Port., ob. cit., págs. 171-278.

A colecção etnográfica do Museu Etnológico se não é muito vasta, obedece, contudo, a um critério científico de selecção que a impõe como uma das mais representativas da vida — costumes e mentalidade do povo português. Esta importância tem sido muito comprometida por falta de ambiente cujas deficiências ainda se acentuam em relação a esta secção que, mais do que qualquer outra colecção museográfica, exige espaços desafogados, paredes limpas e clandade.

No arrumo desta secção vários critérios se poderiam propor, mas como apenas me quero cingir, neste trabalho, ao problema científico da distribuição — e, nesse aspecto, nada mais posso acrescentar ao que foi dito sobre o assunto por Leite de Vasconcelos^(*) — não entro em pormenores de carácter museográfico, aspecto que não pode ser resolvido teoricamente.

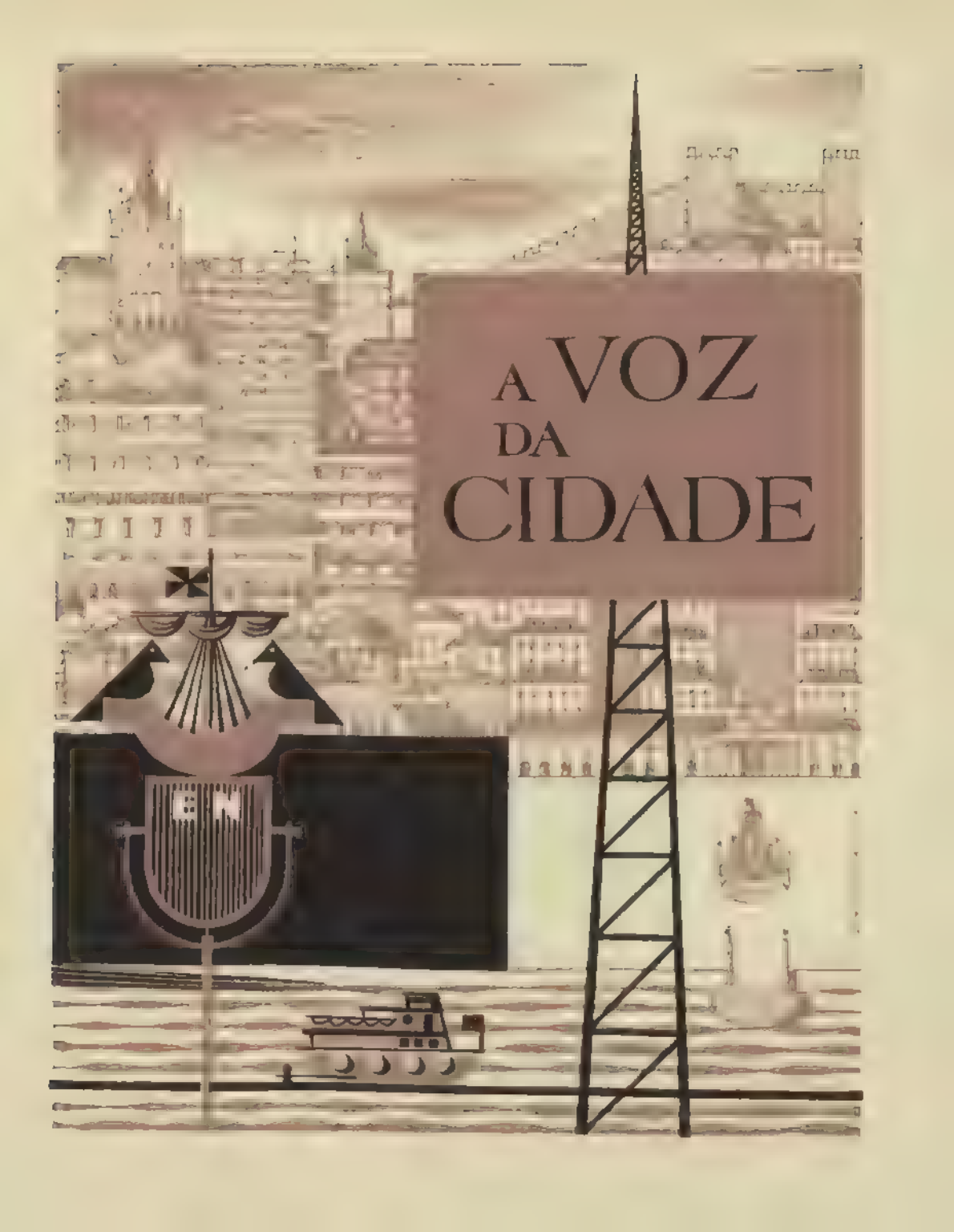
III — SECÇÃO DE ANTHROPOLOGIA ANTIGA E MODERNA

A Secção de Antropologia a mais pobremente representada possui, contudo, um número suficiente de espécies para se sujar ao esquema de Leite de Vasconcelos. Não se pondo já o problema do espaço — convém ir preenchendo as lacunas existentes e dispor as espécies segundo um plano racional, de acordo com aquele esquema. Sendo esta secção constituída pelos restos humanos dos obreiros das culturas representadas nas Secções Arqueológica e Etnográfica a apresentação das suas colecções deve seguir de perto o plano elaborado para aquelas duas secções — podendo, n'este, no que respeita à Pré-história, fazer-se uma apresentação conjunta das espécies arqueológicas e antropológicas.

Nesta secção — pois, obedecendo ao significado e objectivo do Museu Etnológico, devem estar representados todos os elementos antropológicos que se fundiram através dos tempos para constituir o povo português, desde as raças pré-históricas às várias fusões étnicas operadas como consequência do domínio político (asitano-romanos e luso-godos) e todos os elementos que nos alvoren da monarquia povoaram a terra portuguesa e foram progressivamente assimilados pela população indígena luso-goda (sarracenos, judeus e elementos de Al-ém Pirrucas) cuja amalgama constitui a população portuguesa medieval. No século XVI novos elementos muçulmanes a nossa unidade étnica, como consequência dos contactos mantidos com as populações exóticas — entre os quais se destacam os elementos africanos (e na fusão se processou, principalmente, na Metrópole, para onde aqueles foram entrando na qualidade de escravos) — os ameríndios e os índios (a fusão com os dois últimos foi processada, respectivamente, nas novas possessões do Brasil e da Índia).

Como complemento da Secção de Etnografia, na Secção de Antropologia Moderna deve figurar os vários tipos étnicos actuais — na sua distribuição regional.

(*) Id. *ibid.*, págs. 201-266.

The background is a sepia-toned illustration of a cityscape. In the foreground, there is a large, dark, stylized radio tower on the right side. To the left of the tower, there is a large, dark, rectangular structure with a shield-like emblem in the center. The emblem features a cross at the top and a shield with vertical lines below it. In the bottom left corner, there is a small, stylized ship or boat. The overall style is that of a vintage poster or book cover.

A VOZ DA CIDADE

I have been thinking about you a great deal lately.

PROGRAMA DE JULHO

DIA 4

- *Festas da Cidade* — Terminaram os festejos populares
Janelas floridas e Tronos de Santo António — Os bairros típicos.
 — *Poesia de Lisboa* — Itinerário poético de Lisboa.
A velha Torre de Belém e o turismo — Crónica de Manuel Martinho

DIA 11

- *Lisboa na Exposição Internacional «A Idade de Ouro das Grandes Cidades»*.
- *Lisboa no estrangeiro.*
- *Vista a obras municipais* — *Actividades camarárias.*
- *Poesia de Lisboa* — *Itinerário poético de Lisboa.*
- *Lembranças da cidade viva* — *Cronica de Rio Bandeira*

DIA 18

- *Vista a obras municipais — Actividades camarárias.*
— *Lembranças da cidade viva — Crónica de Rui Bandeira*

DIA 15

- *Concertos sinfónicos no Pavilhão dos Desportos* — Música para os lisboetas.
- *Poesia de Lisboa* — Itinerário poético de Lisboa.
- *Quando Lisboa canta...* — Crónica de Tristão Rosado.
- *Lisboa e a ponte sobre o Tejo* — Crónica de Manuel Martinho

PROGRAMA DE AGOSTO

DIA 1

- Júlio Pires foi homenageado em Alcochete* — Homenagem a um lisboeta.
- *Lembranças da cidade viva* — Crónica de Rui Bandeira.
- *Poesia de Lisboa* — Itinerário poético de Lisboa.
- *Barros novos da Cidade* — Crónica de Manuel Martinho.

DIA 8

- *A vaga do calor e a vaga dos refrescos* — Lisboa e o calor.
- *Ruas de Lisboa* — Rubrica de Ivo Cruz.
- *Poesia de Lisboa* — Itinerário poético de Lisboa.
- A sinfonia cromática dos azulejos* — Crónica de Alfredo Margarido.

DIA 15

- *Lembranças da cidade viva* — Crónica de Rui Bandeira.
- *Poesia de Lisboa* — Itinerário poético de Lisboa.
- *Aquarelas de Lisboa* — Retalhos lisboetas.
- *Lisboa e a história* — Crónica de Manuel Martinho.

DIA 22

Reabertura ao trânsito da Avenida Fontes Pereira de Melo — Obras camarárias.

- *Lembranças da cidade viva* — Crónica de Rui Bandeira.
- *Poesia de Lisboa* — Itinerário poético de Lisboa.
- *Ruas de Lisboa* — Crónica de Ivo Cruz.

DIA 29

- *Grupo dos jovens artistas portugueses* — Palavras de Jorge Espírito Santo

62 Glória.

- Lembranças da cidade viva* — Crónica de Rui Bandeira
- *Poesia de Lisboa* — Itinerário poético de Lisboa.
- *Lisboa e os divertimentos* — Crónica de Manuel Martinho.

PROGRAMA DE SETEMBRO

DIA 5

- *Ruas de Lisboa* — Rubrica de Ivo Cruz.
- *Poesia de Lisboa* — Itinerário poético de Lisboa.
- *Lembrança da cidade viva* — *Presente Poeta* — Crónica de Rui Bandeira.
- *Um girassol no céu de Lisboa* — Crónica de Alfredo Margarido.

DIA 12

- *Cumprimentos ao Chefe do Estado* — A edilidade lisboeta apresenta cumprimentos ao Chefe do Estado.
- *Batalhão de Sapado es Hímbeiros* — Novos sapadores bombeiros.
- *A Poesia do Parque de Monsanto* — Crónica de Manuel Martinho.
- *Poesia de Lisboa* — Itinerário poético de Lisboa.
- *Lembranças da cidade viva* — Crónica de Rui Bandeira.

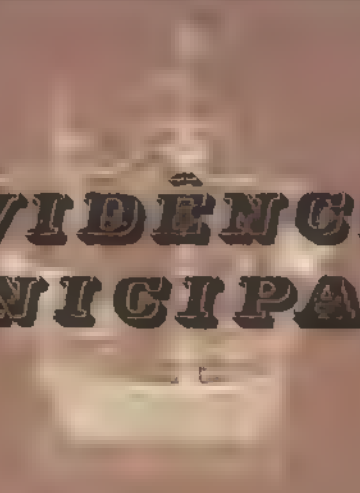
DIA 19

- *Lembranças da cidade viva* — *Contos de nada* — Crónica de Rui Bandeira.
- *Poesia de Lisboa* — Itinerário poético de Lisboa.
- *Lisboa menina* — Rubrica de Rodrigues Matias.
- *Lisboa e o progresso* — Crónica de Manuel Martinho.

DIA 26

- *Morreu Cardoso Marta* — Lisboa perdeu um amigo.
- *Nós vivemos na Lisboa Nova* — Rubrica de Rodrigues Matias.
- *Poesia de Lisboa* — Itinerário poético de Lisboa.
- *Lisboa e os seus mercados* — Crónica de Manuel Martinho.





PROVIDÊNCIAS MUNICIPAIS

*Posturas, Regulamentos
e Editais
Deliberações e Despachos*

1 DE JULHO A 30 DE SETEMBRO DE 1958

POSTURAS, REGULAMENTOS E EDITAIS

1 DE JULHO A 30 DE SETEMBRO DE 1958

EDITAIS

De 15/7 N.º 16/58 — Abertura do corte para a cobrança do imposto para Serviço de Efectivos sobre prédios urbanos.

De 28/7 N.º 2/58 — Faz público que a Avenida 80 da freguesia da Ajuda passa a denominar-se Avenida das Descobertas.

* N.º 18/58 — Faz público que a Rua A da Calçada de Santo Amaro passa a denominar-se Rua da Academia Recreativa de Santo Amaro.

De 30/8 N.º 6/58 — Faz público que o concurso para a Câmara que devia ter lugar no dia 18/9 se realizará no dia 8 do mesmo mês.

* N.º 2/58 — Faz saber que esse parecer se juntou ao parecer supranumerário para o ano de 1958.

De 6/9 N.º 5/58 — Altera o corte para a cobrança de impostos para o Serviço de Efectivos sobre estabelecimentos comerciais ou industriais.

1 DE JULHO A 30 DE SETEMBRO DE 1958

DELIBERAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

De 17/7 — Approva o projecto da obra de Reconstrução de um troço da Rua Damasceno Monteiro.

* Ratificando os despachos de adjudicação de empreitadas de construção de armamentos de Bairro do Restelo — 3.ª fase e de demolição de prédios em vários locais da Cidade.

De 21/8 — Approva a realização da obra de urbanização e Benfica — projecto de pavimentação e esgotos — Células 1, 4 e 6a.

De 8/9 (Continuação em 9/9) — Approva a Organização dos Serviços da Central Pasteurizadora de Leite de Lisboa.

* Approva o projecto de alteração municipal destinado a Repartições Pecuárias a construir no gaveto das Ruas Alexandre Herculano e Casilho.

* Approva o 3.º Orçamento Suplementar para o corrente ano de 1958.



LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA

*Leis, Decretos e Portarias,
Despachos, Circulares
e Ofícios. Acórdãos*

1 DE JULHO A 30 DE SETEMBRO DE 1958

LEIS, DECRETOS E PORTARIAS DE INTERESSE MUNICIPAL

1 DE JULHO A 30 DE SETEMBRO DE 1958

De 17 7 — *Decreto-Lei n.º 4 76* — Da nova redacção ao artigo 170.º do Código Penal — Define a competência atribuída aos órgãos de segurança nos artigos 2.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 37 447 no que toca aos crimes pela prática de actos preparatórios de tentativas nos delitos de encetamento de extorsões e nos de suspensão ou cessação de curso. (D. G. I Série n.º 153)

De 21 7 — *Decreto-Lei n.º 4 745* — Aprova o Estatuto dos Titulares do Trabalho — Revoga determinadas disposições legislativas.

De 21 7 — *Decreto-Lei n.º 4 746* — Da actualização a varias disposições da Tabela de Contas em Tributos do Trabalho aprovada pelo Decreto-Lei n.º 4 742 — Revoga os artigos 2.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 37 447, aquelles em parte e nas disposições de prevenção e de abono de família. (D. G. I Série n.º 157)

De 4 8 — *Decreto-Lei n.º 4 772* — Estabelece as cotizações em apoio a Câmara Municipal de Lisboa e a taxa da respectiva em registo experimentou a sua Central Estatística. (D. G. I Série n.º 160)

De 8 8 — *Decreto-Lei n.º 4 765* — Autoriza as câmaras municipais a assumir o encargo das rendas de habitação das comandas dos postos e do posto da Guarda Nacional Republicana quando se verificar a impossibilidade de habitação no respectivo quartelamento. (D. G. I Série n.º 161)

De 11 8 — *Decreto-Lei n.º 4 770* — Promulga varias disposições relativas a segurança e protecção do trabalho nas obras de construção civil.

De 11 8 — *Decreto-Lei n.º 4 782* — Aprova o Regulamento de Segurança no Trabalho da Construção Civil. (D. G. I Série n.º 175)

De 30 8 — *Decreto-Lei n.º 4 784* — Autoriza a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato que outorgará também a Câmara Municipal de Lisboa para a elaboração do projecto do Palácio da Justiça e tribunais de Lisboa. (D. G. I Série n.º 185)

De 26 9 — *Decreto-Lei n.º 4 886* — Promulga o novo texto do Regulamento dos actuais componentes dos órgãos das autarquias locais com excepção dos presidentes das câmaras municipais. (D. G. I Série n.º 208)

1 DE JULHO A 30 DE SETEMBRO DE 1958

2º — C. P. — L. N.º 5

A) DA direcção-geral de administração política e civil

De 10/7 N.º Z 1 46 *Lauro 21 A 2.ª Repartição* — Tem esta Direcção-Geral verificado através de diversos processos de vistoria da Inspekção-Geral de Finanças ás câmaras municipais que não é uniforme o critério adoptado na inscrição orçamental das dividas aos Hospitais referidas no Decreto-Lei n.º 39 806 de 4 de Setembro de 1954.

A fim de pôr termo aos procedimentos divergentes, esclareci as câmaras municipais de que a dotação destinada ao pagamento da prestação, antes dessas câmaras, deve ser inscrita na «Despesa» do Orçamento, no Capítulo «Serviços de Saúde», caso «Pagamento de serviços e diversos encargos», artigo «Outros serviços e encargos», em linha especial, subordinada a rubrica «Pagamento das despesas em dívida pelo tratamento de doentes pobres nos termos do Decreto-Lei n.º 30.660 de 4 de Setembro de 1954, { prestação }».

Foi precisamente ter sido como consequência que a coisa vem por vezes, por si, na totalidade, o referido, apesar de importância que excede o máximo legal, o que não é o caso.

Segundo tal doutrina, a população da ilha de São Paulo é considerada a municipal da freguesia e, portanto, a mesma que faz parte da paróquia, e, portanto, a mesma que faz parte do Arcebispado. Assim, o mesmo Decreto de 1774, de 16 de Março de 1774, que se refere à criação da municipalidade, contém entre as qualidades a população da quinta parte do município, e, portanto, a mesma população da freguesia.

Se é certo que o referido Decreto-Lei n.º 379 não deu lugar a uma vasta a leitura do capital das Iperfêneas para obter a identificação de todas as situações de concessão ou concessão, mas tão somente para efeito de distribuição de dotação, importa salientar que o artigo 1.º do Código Administrativo, a verdade é que a distribuição era de acordo com a lei n.º 379, não tendo base legal e sôna para aquela determinação (cit. Acordão).

discussão instaurada através da Imprensa. Afirmava-se, a partir de então, que as empresas comunitárias

[illegible]

Assim, na teor. a Direção Local, art. 38, refere-se a n.º 14 do artigo 19.º do Código Administrativo, nem o artigo 24.º das Disposições aprovadas pela Portaria n.º 606, foi entendido

os compreendidos na tabela anexa à citada Portaria os matadouros, os depósitos de carne e de peixe salgado e os depósitos de queijos.

b) Que não estão, por consequência abrangidos na referida competência os tabuleiros em outros estabelecimentos nascentes, incomodas, perigosos ou tóxicos de venda de produtos alimentares de origem animal.

c) Que a fiscalização de leite e outros dos alicuídos estabelecimentos continua a exercer-se cumulativamente, pelas câmaras municipais e pela Direcção-Geral dos Serviços Pecuários.

Eis o que se transmite às câmaras municipais a fim de que façam esclarecimentos às cidades que porventura existam.

De 18/9—N.º 1.112 Livro 21 A 2.ª Repartição—Após a criação do Ministério da Saúde e Assistência operada pelo Decreto Lei n.º 41.825, de 13 de Agosto passado, entende a Direcção-Geral que, tendo sido transferidos para aquele departamento os serviços de saúde pública a cargo da Direcção-Geral de Saúde, deveria considerar-se desactualizada a referência que ao Ministério do Interior se faz no § 1.º do artigo 55.º do Código Administrativo visto, na lógica da organização deste diploma legal a intervenção tutelar do Governo para conter a executividade a certas deliberações municipais se fazer através do ministério que tiver a sua responsabilidade a matéria a que se referem aquelas resoluções.

Submetido em cumprimento de despacho de S. Ex.ª o Ministro do Interior e assumido a consideração de S. Ex.ª o Ministro da Saúde e Assistência pronunciou-se este ministro de Governo em despacho de 5 do corrente, no sentido de o já referido § 1.º do artigo 55.º do Código Administrativo dever entender-se presentemente com o conteúdo que aquele Ministério e não ao do Interior compete para aprovar a matéria regulamentar de natureza sanitária operada esta com a qual concorda S. Ex.ª o Ministro do Interior.

Ficou que se transmite às câmaras municipais esclarecedoras de que de futuro os processos relativos a aprovação de deliberações sobre posturas e regulamentos que contenham disposições de carácter sanitário deverão ser remetidas devidamente organizados e estruturados à Direcção-Geral de Saúde por intermédio, como habitualmente, do Governo Civil.

B) DE OUTRAS ORIGENS

Da Direcção-Geral da Contabilidade Publica N.º 483 Serie A de 467 Assunto: Desempenho das províncias ultramarinas e ao estrangeiro. Apuradas de custos e outras despesas.

Resolução. A resolução das normas abaixo indicadas que intercedam a conformação de S. Ex.ª o Ministro das Finanças e tomar seu coto despacho de 12 do corrente o qual igualmente aprovou a nova tabela de ajudas de custo que segue anexa.

NORMAS A OBSERVAR NA LIQUIDAÇÃO DE DESPESAS COM AS DESLOCAÇÕES AS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS E AO ESTRANGEIRO

1. **Limites máximos.** — A fixação de ajudas de custo nos termos do artigo 12.º do Decreto Lei n.º 33.834, de 4 de Agosto de 1944, far-se-á de acordo com as quantiações constantes da tabela anexa a esta circular.

Ter-se-á em atenção que esta tabela tal como acontece com a que está em vigor para os funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros, não estabelece importâncias fixas, mas apenas *limites máximos* dentro dos quais deverá ser aprovada em cada caso a ajuda de custo a abençar.

Consequentemente, o estudo objectivo para a determinação da quantia a pagar na falta de casos paralelos já resolvidos, obedecerá a ponderação dos seguintes elementos, além de quantos mais se virem úteis:

- 1) Natureza da missão;
- 2) Categoria dos seus componentes;
- 3) Localidade para onde se dirigem, com vista a ter em conta o custo de vida do respectivo país;
- 4) Se à missão é concedida verba para despesas de representação.

II. **Aplicação da tabela.** — A nova tabela aprovada deverá ser aplicada a todos os servidores civis do Estado ou individualidades transitoriamente ao serviço do Estado com funções não diplomáticas, que façam parte de missões ou conferências, cujas despesas devam correr de conta de dotações consignadas aos Serviços, no orçamento de qualquer Ministério ou de conta de organismos, cujas despesas sejam satisfeitas por força de orçamentos próprios.

Uma vez que esta tabela substitui a anterior, ela será adoptada também pelos Serviços dependentes dos Ministérios, embora com despesas não suportadas pelo Orçamento Geral do Estado (organismos de coordenação económica, corporativos, etc.) de conformidade com o despacho de S. Ex.^a o Presidente do Conselho, de 15 de Março de 1940.

Aos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros e a quaisquer individualidades em missão diplomática aplica-se a tabela de ajudas de custo em vigor no retendo Ministério.

A fixação de ajudas de custo a S. Ex.^{as} os Ministros e Subsecretários de Estado, rege-se pela tabela do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

(II) *Limitação dos encargos* — O pagamento das despesas respectivas far-se-á do seguinte modo:

a) Constatem encargo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, além das despesas resultantes da deslocação dos seus próprios funcionários, as daquelas que forem designados por outras Secretarias do Estado, saíam do País como delegados ou delegadas a conferências ou reuniões em que o referido Ministério directamente intervenha ou se revistam de interesse predominantemente político.

b) As despesas Ministérios e demais organismos caberá suportar as despesas com a deslocação de técnicos ou individualidades, em missões de estudo, lecturas ou conferências de exclusivo interesse dos respectivos serviços.

IV — Restrições aos quantitativos fixados:

1. Quando na deslocação se inclua transporte por mar, terra ou ar, incluindo-se no bilhete de passagem o transporte para e a partir de um local onde se abona-se a sem qualquer destes casos, a ajuda de custo fixada para o local de destino, reduzida a 30%.

Essa percentagem será aplicada como segue:

Na ida: Desde o ponto de embarque até ao local de destino, qualquer que seja a hora.
Na volta: Desde o local de destino até ao local de embarque, inclusive, seja qual for a hora.

Se o embarque e o desembarque tiverem lugar no mesmo dia, caverá abonar-se a ajuda de custo sem redução.

Na hipótese de as retrições e a dormida possrem lugar a cargo de interessado e o mesmo aptar por esta modalidade de paratua também ajuda de custo por tempo, independentemente da hora em que tiver início ou terminar a deslocação.

2. Verificando-se que a permanência do servidor ou individualidade em serviço publico, numa mesma localidade, ultrapassa os dias que se caverem em missão não diplomática no estrangeiro ou no ultramar, quer em curso ou em regresso, a importância da ajuda de custo fixada sofre uma dedução de 25% a partir do 21.º dia de permanência seguida na localidade.

Esta regra tem as seguintes excepções:

— servidores ou entidades que se desloquem por motivo de missões respeitantes a O.F.C.F., I.C.A., NATO, ICAO e assembleias anuais junto da ONU;

— adidos militares, navais e aeronáuticos.

servidores ou entidades abonados segundo a tabela do Ministério dos Negócios Estrangeiros ou organismos de missão diplomática com ora abonados de ajudas de custo por orçamento diferente do daquele Ministério.

Os funcionários autorizados a frequentarem no estrangeiro cursos ou a fazerem estagios em escolas ou estabelecimentos a qualquer altura que forneçam a subsistência e tenham moradia construídas, terão a respectiva ajuda de custo reduzida a 50%.

No caso de pela frequência de curso ou estagio ser concedida pela entidade organizadora qualquer subsídio ou bolsa, proceder-se-á do seguinte modo:

— se o subsídio ou bolsa for inferior a correspondente ajuda de custo que o Governo Português concedera, abonar-se-á a diferença para atingir esse montante.

— se o subsídio ou bolsa for igual ou superior, nada se abonará de ajuda de custo.

V — Organizações dos processos — Devem continuar a ser observadas as normas estabelecidas na circular n.º 330, desta série, de 19 de Junho de 1956.

1 DE JULHO A 30 DE SETEMBRO DE 1958

De 17 1 (Recurso n.º 5.067). Verifica-se deste processo que, após vistoria realizada pela comissão permanente de vistorias da Câmara Municipal de Lisboa, foi ordenada a demolição das quatro construções barreadas, três das quais feitas de madeira e cobertas por uma soa agia, tornada por telhas de topo Murcha e restante de alvenaria com telha cerâmica disposta em duas águas, construídas num local situado nas trazeiras do prédio das recorrentes.

No próprio dizer destas, trata-se de umas casas de construção pobre, onde habitam quatro famílias, muito embora não satisfazendo as condições mínimas de habitabilidade segundo o **entendeu aquela comissão permanente de vistorias**.

Com base nesta circunstância e na lei terem sido construídas sem projecto nem licença foi ordenada a sua demolição ao abrigo do artigo 10.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18.382 de 1.º de Agosto de 1951.

No § 1.º desse preceito entende-se efectivamente as áreas municipais competentes para ordenar, procedendo vistoria, a demolição total ou parcial das pequenas casas abarracadas com um ou dois pavimentos em construção ou já construídas, e de quaisquer construções ilegais desde que o seu projecto não tenha sido aprovado nem tenha sido concedida licença para a sua construção.

Ora, este parágrafo tem de considerar-se aplicável não só às construções realizadas depois da publicação do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, mas às anteriores, como resulta da frase "já construídas" e do texto do artigo 10.º, que, embora regulando situações distintas, expressamente declara abrangir as edificações existentes e como tal se tem considerado os prédios anteriores àquela publicação.

E outro tanto se convém considerar-se aplicável não só às construções realizadas depois da publicação da legislação vigente no tempo ou fossem os Decretos n.º 12.477 de 12 de Outubro de 1926 e 14.372 de 3 de Outubro de 1927, artigo 4.º, que exigiam a prévia licença de construção e logo que a obra estivesse construída, um atestado de habitabilidade passado pelo respectivo órgão que se procedia a demolição das obras feitas sem licença municipal.

Mas, não há neste diploma o Decreto n.º 14.268 de 14 de Setembro de 1927, — numa flagrante correspondência com o preceito actualmente em vigor, dava competência à Câmara para ordenar a demolição de pequenas casas abarracadas, de um ou dois pavimentos ou quaisquer construções ilegais desde que edificadas dentro da área da cidade sem o respectivo projecto e licenças aprovadas e concedidas pelo Município.

Posteriormente também o Código Administrativo incluiu uma disposição idêntica, como se vê do seu artigo 62.º.

76 Tanto basta para imitar o argumento usado pelas recorrentes de o artigo 10.º e seu § 1.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas trazer uma excepção aplicável às construções antigas.

Também as recorrentes referiram no processo que as construções se fizeram com a licença n.º 59.281 de 23 de Abril de 1931 e posteriormente se obtivera a licença n.º 5.450 de

20 de Maio de 1941, para beneficiação e limpeza o que foi contrariado pela Câmara ao afirmar que tais licenças respeitaram à edificação legal existente e n. que as próprias recorrentes habitam, mas não as quatro construções clandestinas que foram objecto da ordem de demolição.

Por isso, e porque a comissão permanente de vistorias verificou não se fazerem essas casas abarracadas as condições mínimas de habitabilidade, estavam verificados os pressupostos legais para se impor a demolição tendo em vista os fins de salubridade, estética e segurança.

Quanto à invocada prescrição do direito de demolição é obvio que não procede, se tivermos presente que as recorrentes não fizeram a prova da data em que se ergueram as construções para nela se iniciar o decurso do prazo de vinte anos a que teria de atender se segundo o seu critério.

Demonstraram apenas ter sido feito o seu registo no Conservador do Registo Predial em 1 de Setembro de 1942, mas o período que desde então decorreu é inferior ao que elas próprias reputam necessário.

Independente deste facto os artigos 515 e 535 do Código Civil não citam aqui em fração, por não ser aplicável a hypothese do instituto da prescrição negativa ou extintiva que consueva desobrigar de obrigações pelo não exércicio do seu cumprimento.

Artigo 10.º e seguintes do Regulamento Geral das Edificações Urbanas e dos planos municipais, que o antecedem, permitem que as câmaras imponham a obrigação de demoler sempre que o projecto não tenha sido aprovado nem concedida a licença de construção, e esse direito é estabelecido do por expressos motivos de interesse publico, porventura mais imperiosos quanto mais velhas forem as edificações.

Verifica-se ainda que as recorrentes se litigiam oportunamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitando a revogação da ordem de demolição segundo os prejuizos e as dificuldades que lhes resultariam da perda do recentemente das residias respectivas das quaes fazem viver quase exclusivamente a família não fosse de natureza alguma seguir-se a execução da decisão, pois que se fossem atendidas obteriam exactamente o mesmo effecto que com o recurso contencioso favoravelmente decidido. (*D. G., II Série, n.º 229, de 30/9*).

De 7 3 — (Recurso n.º 5291) — Para que os tribunais administrativos possam decretar a suspensão da execução de actos recorridos é necessario que

- 1) Da execução immediata resultem directamente prejuizos;
- 2) Os prejuizos sejam de natureza reparavel ou pelo menos de fácil reparação;
- 3) O interesse publico não seja atendido com a suspensão (artigo 820.º § unico n.º 6.º, do Código Administrativo 157 n.º 5 do Decreto-lei n.º 40768 de 8 de Setembro de 1956, e 60.º do regulamento deste Supremo Tribunal de 20 de Agosto de 1957)

Em jurisprudência constante tem este Supremo Tribunal exigido a especificação dos prejuizos, para poder decidir da sua reparabilidade.

E o ora agravado não os especificou na sua petição de recurso em que também pedia a suspensão.

Não os especificado não pode o tribunal saber se eles são ou não de natureza irreparavel, como seria necessario que fossem para poder decretar a suspensão.

Mas se os prejuizos são aqueles que normalmente decorrem de uma demolição isto é, a perda do valor do predio demolido então ser um de natureza reparavel visto serem susceptíveis de avaliação pecuniária.

Se o recurso for julgado procedente e os predios já estiverem demolidos o ora agravado pode ser reparado dos seus prejuizos, recebendo o valor das casas que foram mandadas demoler.

Acresce que o motivo invocado de demolição por go para a saúde publica constitui um interesse particular do agravado (*D. G., II Série, n.º 224, de 24/9*)

De 7/3 (Recurso n.º 15, 1931) — Conforme se se a folha 4 o recorrente fundou o pedido de suspensão da executividade da ventação de prejuizos reparáveis em de difficil reparação de creteltes da demora, salientando que parte do predio se se occupada por estabelecimento commercial.

O despacho ora agravado accende o pedido de suspensão nos prejuizos resultantes da execução do acto para os occupantes do predio.

Mas estes são titulares de direito que se não confundem com os do recorrente ora agravado sendo certo por outro lado que este se não mostra autorizado por qualquer título a deterder e n.º pizo os direitos ou interesses dos referidos occupantes que permanecerem de todo alheios ao presente processo.

Não havia por isso que auctor pretenses dadas resultantes da execução do acto impugnado para pessoas que não são partes na causa.

Por outro lado e quanto ao ora agravado do acto, copia a folha 6 que a ventação effectuada nos termos legais ao predio em questão, a obra que este oferece perigo para a saúde publica e tem os textos em risco imminente e remedavel a obra devendo ser totalmente demolida.

Ora como já se ponderou para esse effecto o Acórdão do Supremo Tribunal de 9 de Agosto de 1937 publicado no *Diário do Governo* de 15 de Fevereiro proximo passado (recurso n.º 5, 1937) não cabe agora nesta fase do processo ventar e decidir se effectivamente aquelles perigos para a saúde publica e para a segurança se ventam ou não.

Tal averiguação compete com a apreciação do fundo da causa por se o ha apenas que atender, por enquanto a presunção estabelecida a favor da Administração de que os actos desta são conformes ao direito.

Deste modo ainda quando pudessem falar-se em prejuizos irreparáveis ou de difficil reparação resultantes para o agravado da execução do acto, nem por isso e es ventos de attender para o effecto de se decretar a suspensão da executividade daquelle acto que em suspensão vira affectar os interesses publicos da segurança e da salubridade que o acto impugnado produziria ate ao

F em tal caso de harmonia com a jurisprudência unificadora deste Supremo Tribunal e actualemente com o artigo 6.º do Decreto n.º 41, 14 de 20 de Agosto de 1937 e Acórdão de 6 de Dezembro de 1937 no *Diário do Governo* de 27 de Fevereiro proximo passado) não deve ser decretada a suspensão da executividade do acto impugnado (D. G. II Serie n.º 224, de 24/9).





BIBLIOGRAFIA

*Registo de publicações
com interesse municipal
entradas na Biblioteca
Central*

1 DE JULHO A 30 DE SETEMBRO DE 1958

1 DE JULHO A 30 DE SETEMBRO DE 1958

EM JULHO:

Câmara Municipal de Lisboa — Acta n.º 260 — Reunião de Abril de 1958.
João de Castro Osório — Cancioneiro de Lisboa — Volume 3.º — Câmara Municipal de Lisboa.
Câmara Municipal do Concelho de Castelo de Paiva — Relatório de 1957.
Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento do Porto — Relatório de 1957.
Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto — Relatório e Contas de 1957.
Francisco Câncio — Lisboa — Tempos Idos — Vol. II — Fasc. I — 1958.
Boletim da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada — Abril de 1958.
Festas da Cidade — 1958 — I Grande Festival Nacional de Folclore — Programa — Edições S. N. I.
Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.º 1.157 a 1.160 — Junho a Julho de 1958 e índice do volume LXV.
Câmara Municipal do Porto — Serviços de transportes colectivos do Porto — Relatório e Contas de 1957.
Câmara Municipal de Évora — Relatório da Gerência de 1957.
Boletim da Junta de Província de Estremadura — Série II — N.º 44-46 — Janeiro e Dezembro de 1957.
Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal — Boletim n.º 12 — Dezembro de 1957.
Verbetes-Índice de Legislação dos Corpos Administrativos, editados por Alfredo Viana de Sousa.

EM AGOSTO:

Câmara Municipal do Concelho de Arronches — Regulamento de carnes abatidas para consumo público.
Revista Municipal — N.º 76 — 1.º trimestre de 1958 — Câmara Municipal de Lisboa.
Câmara Municipal de Lisboa — Actas n.º 261 Reunião de Maio e 262 Reunião de Junho de 1958.
Federação dos Municípios da Ilha de S. Miguel — Produção e distribuição de energia eléctrica — Regulamento interno.
Francisco Câncio — Lisboa — Tempos Idos — Vol. II — Fasc. II — 1958.
Câmara Municipal de Viana do Castelo — Serviços Municipalizados — Relatório e Contas da Gerência de 1957.
Câmara Municipal do Porto — Conta de Gerência do Ano Económico de 1957.
Câmara Municipal do Porto — Relatório e Contas de Gerência referentes a 1957.
Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.º 1.161-1.165 — Julho-Agosto de 1958.
Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal — Boletim n.º 1 — Janeiro de 1958.
Câmara Municipal de Mafra — Serviços Municipalizados de Água e Electricidade — Relatório — Balanço e Contas de Gerência de 1957.
Diário Municipal — N.º 6.972 a 6.998 — Julho de 1958 — Câmara Municipal de Lisboa.
Verbetes-Índice de Legislação dos Corpos Administrativos, editados por Alfredo Viana de Sousa.

EM SETEMBRO:

Câmara Municipal de Penafiel — Serviços Municipalizados de Água e Electricidade — Relatório e Contas de 1957.
Miguel Ponces — Código Administrativo — Revisto e actualizado.
Boletim da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada — Março de 1958.
Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal — Boletim n.º 2 e 3 — Fevereiro e Março de 1958.
Câmara Municipal de Lisboa — Acta n.º 263 — Reunião de Julho de 1958.
Câmara Municipal de Lisboa — Contas do Ano Económico de 1957.
Câmara Municipal de Lisboa — Regimento — 1958.
Câmara Municipal de Lisboa — Regulamento Geral das Edificações Urbanas — Decreto-Lei n.º 38.381, de 7 de Agosto de 1951.
Francisco Cândia — Lisboa — Tempos Idos — Vol. II — Fasc. III — 1958.
Ferreira de Andrade — Um Turista em Lisboa.
Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.ºs 1.166 a 1.169 — Agosto e Setembro de 1958.
Câmara Municipal do Porto — Boletim Cultural — Fasc. 3-4 — Vol. XX — Setembro-Dezembro de 1957.
Arquivo do Distrito de Aveiro — N.º 92 — Outubro-Novembro-Dezembro de 1957.
Verbetes-Índice de Legislação dos Corpos Administrativos, editados por Alfredo Viana de Sousa.
Diário Municipal — N.ºs 6.999 a 7.022 — Agosto de 1958 — Câmara Municipal de Lisboa.

REVISTAS:

BOLETIM DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

N.ºs 75, 76 e 77 — Abril-Maio-Junho — 1958.

REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO:

Tomo II, n.º 2 — 1958.

O DIREITO:

90.º ano — Fasc. I — Janeiro-Março — 1958.



